Informações intermediárias

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

30 de junho de 2020

Relatório de revisão das informações intermediárias individuais e consolidadas	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas	9



Edifício Iguatemi Center Av. Washington Soares, 55, Sala 508 5º andar, Cocó 60.811-341 - Fortaleza, CE, Brasil

Tel: (55 85) 3392-5600 Fax: (55 85) 3392-5659 www.ey.com.br

Relatório de revisão do auditor independente

Aos Acionistas e Administradores da **Equatorial Energia Distribuição S.A.** São Luis - MA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual e consolidado, da Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias individuais e consolidadas, consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias individuais e consolidadas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias individuais e consolidadas acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data em 29 de maio de 2020, sem modificação.

Fortaleza, 27 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC PE020728/O-7-T-CE

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Conso	lidado			Control	ladora	Consol	lidado
Ativo	Notas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Passivo	Notas	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	424	563	376.051	702.226	Fornecedores	15	-	-	845.557	1.008.518
Investimentos de curto prazo	5	19.023	-	2.834.349	1.990.407	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	-	40.729	27.096
Contas a receber de clientes	6		-	2.471.643	2.559.154	Empréstimos e financiamentos	16		-	973.126	224.452
Contas a receber – bandeiras tarifárias			-	2.674	1.291	Debêntures	17	-	-	32.998	122.545
Aquisição de combustível - conta CCC		_	_	20.403	36.376	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	64.361	-
Serviços pedidos	7	-	-	277.388	249.764	Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	338.389	354.371
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	7.953	116.282	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		3	3	37.394	50.809
Depósitos judiciais	22	-	-	2.934	3.045	Dividendos	10		46.507	1.373	58.106
Dividendos a receber	10	45	39.013	-	-	Contribuição de iluminação pública		-	-	36.200	39.866
Instrumentos financeiros derivativos	31.4		-	4.474	169	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20		-	176.531	166.908
Almoxarifado		-	-	25.442	13.800	Participação nos lucros		-	-	54.310	65.580
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	724.166	164.215	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	21	-	-	19.078	22.275
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		64	63	117.466	100.292	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	22		-	24.115	30.331
Outros créditos		-	-	182.215	161.637	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	23	-	-	618.344	56.233
						Passivo de arrendamento			-	6.270	4.994
Total do ativo circulante		19.556	39.639	7.047.158	6.098.658	Outras contas a pagar				143.931	167.957
								_			
Não circulante						Total do passivo circulante		3	46.510	3.412.706	2.400.041
Realizável a longo prazo	_				50.540	379					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	81.817	78.548	Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	-	475.029	541.182	Fornecedores	15	-	-	6.731	7.094
Depósitos judiciais	22	-	-	161.127	186.437	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	3.127.568	3.393.229
Serviços pedidos	7	-	-	6.591	6.591	Debêntures	17	-	-	2.218.863	2.207.855
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	367.547	29.751	Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	179.832	184.513
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	1.181.922	849.556	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	19	-	-	603.977	507.021
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	49.229	48.956	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	-	196.923	132.374
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	85.120	85.120	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	-	-	122.391	112.068
Outros créditos		-	-	41.705	48.314	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	21	-	-	882.137	859.193
Plano de aposentadoria e pensão		-	-	5.873	5.873	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	22	-	-	494.031	490.801
Ativo financeiro da concessão	11	.		4.929.633	4.851.817	Plano de aposentadoria e pensão		-	-	40.308	40.308
Investimentos	12	5.116.382	4.913.601	11.853	14.672	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	23	-	-	938.059	547.359
Intangível	13	-	-	3.617.211	3.782.218	Passivo de arrendamento		-	-	16.917	16.559
Ativos contratuais	14	-	-	830.359	605.323	Encargos setorial CCC	24	-	-	257.885	254.672
Direito de uso				24.931	24.849	Outras contas a pagar				115.133	116.901
Total do ativo não circulante		5.116.382	4.913.601	11.869.947	11.159.207	Total do passivo não circulante				9.200.755	8.869.947
Total do ativo não circulante		3.110.302	4.913.001	11.007.74/	11.139.207	Total do passivo não en culante				9.200.755	0.009.947
						Patrimônio líquido					
						Capital social	25	4.638.718	4.638.718	4.638.718	4.638.718
						Reservas de lucros		9.791	149.312	9.791	149.312
						Reservas de capital		113.401	113.401	113,401	113.401
						Ajuste de avaliação patrimonial		5.800	5.299	5.800	5.299
						Resultado no período		368.225	5.2//	368.225	5.2,,
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		5.135.935	4.906.730	5.135.935	4.906.730
						Participação dos acionistas não controladores				1.167.709	1.081.147
						Total do patrimônio líquido		5.135.935	4.906.730	6.303.644	5.987.877
Total do ativo		5.135.938	4.953.240	18.917.105	17.257.865	Total do passivo e patrimônio líquido		5.135.938	4.953.240	18,917,105	17.257.865
2000 00 0010		3.133.730	7.733.240	10.717.103	17.257.305	2000 ao paositro e paramono nquiao		3.133.730	7.755.240	10./1/.103	17.257.005

Demonstração do resultado

Período findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consol	lidado
		01/01/2020	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2020
		a	a	a	a
	Notas	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2020
Receita operacional líquida	26			4.191.237	1.994.446
Energia elétrica comprada para revenda e custos de transmissão	28	_	_	(1.884.919)	(854.142)
Custo de construção	20	_	_	(578.855)	(295.870)
Custo da operação		_	-	(432.943)	(222.012)
Custos de energia elétrica, construção e operação	27		-	(2.896.717)	(1.372.024)
Lucro bruto				1.294.520	622.422
Receitas (Despesas) operacionais					_
Despesas com vendas	27			(149.151)	(67.896)
Despesas gerais e administrativas	27	(7.118)	(7.049)	(236.729)	(129.630)
Perdas por redução ao valor recuperável	27	(7.110)	(7.049)	(170.454)	(129.679)
Resultado da equivalência patrimonial	12	375.360	183,246	(170.434)	(129.079)
	12	373.300	103.240	(15.032)	(2.010)
Outras receitas operacionais líquidas Total de receitas (despesas) operacionais		269.242	177 107		(3.010)
Total de receitas (despesas) operacionais		368.242	176.197	(571.366)	(330.215)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		368.242	176.197	723.154	292.207
Receitas financeiras	29	20	15	503.773	144.442
Despesas financeiras	29	(37)	(25)	(599.569)	(167.453)
Resultado financeiro	29	(17)	(10)	(95.796)	(23.011)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		368.225	176.187	627.358	269.196
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19			(61.234)	(37.509)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	_		(96.956)	(6.861)
Impostos sobre o lucro	1)			(158.190)	(44.370)
•					
Lucro líquido do período		368.225	<u>176.187</u>	469.168	224.826
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		368.225	176.187	368.225	176.187
Acionistas não controladores				100.943	48.639
Lucro líquido do período		368.225	176.187	469.168	224.826

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Conso	lidado
	01/01/2020	01/04/2020	01/01/2020	01/04/2020
	a	a	a	a
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2020
Lucro líquido do período	368.225	176.187	469.168	224.826
Outros resultados abrangentes Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	501	(6.260)	519	(6.488)
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	501	(6.260)	519	(6.488)
Total dos resultados abrangentes	368.726	169.927	469.687	218.338
Acionistas controladores	368.726	169.927	368.726	169.927
Acionistas não controladores			100.961	48.411
Total das regultados obrangantes	369 736	140 027	460 697	210 220
Total dos resultados abrangentes	368.726	169.927	469.687	218.338

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

			Reservas	de lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado no período	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.638.718	113.401	9.791	139.521	5.299		4.906.730	1.081.147	5.987.877
Lucro líquido no período Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa Dividendos (Nota 25.2)	- - -	- - -	- - -	(139.521)	501	368.225	368.225 501 (139.521)	100.943 18 (14.399)	469.168 519 (153.920)
Saldos em 30 de junho de 2020	4.638.718	113.401	9.791	-	5.800	368.225	5.135.935	1.167.709	6.303.644

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	(Em milhares de reais)	Controladora	Consolidado
Jauscia paria		30/06/2020	30/06/2020
Jauscia paria	Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado de equivalencia patrimonial 375.360 9.264 Atualização do ativo financeiro 5 (564 Atualização do ativo financeiro 5 (564 Atualização do ativo financeiro 5 (564 Atualização do ativo financeiro 6 (336.717 Ajusta e valor presente 9.10 (336.717 Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 9.17 (356.718 Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 9.18 (356.718 Atualização financeira da provisão para redujator e eficiência energética 9.19 (366.718 Yudors a paga de parcela A coutros items financeiros 19.546 (266.718 Yudors a paga de parcela A coutros items financeiros 19.546 (266.718 PIS/COFINS a serem restitudos a consumidores 1.50 (267.718 PIS/COFINS a serem restitudos a consumidores 1.50 (276.718 Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes 1.50 (277.118 Contas a receber de cleinete 1.50 (277.118 Contas a receber de cleinete 1.50 (275.718 Contra presente de cleinete 1.50 (275.718 Contra presente de cleinete 1.50 (275	Lucro líquido do período	368.225	469.168
Baixa de intangível, financeiro e contratual 9,264 Atualização do ativo financeiro 564 Encagos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas 541,949 Ganhos com instrumentos derivativos 330,717 Ajúste a valor presente 10,406 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber 329,206 Reversão de lítulos baixados 17,238 Atualização provisão pesquisa e desenvolvimento e eficância energetica 5,532 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios 19,548 Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros 6,53 Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros 15,5 Exposition 15,500 Enposto de renda e contribuições sociais ofrendos 15,500 Enposto de renda e contribuições sociais orientes 16,500 Enpostos de renda e contribuições sociais corentes 16,500 Enpostos e renda e contribuições sociais corentes 16,500 Enpostos e renda e contribuições sociais corentes 16,500 Enpostos e contribuições sociais corentes 16,500 Enpostos e contribuições a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições a recuperar 16,500 Enpostos e contribuições en encolher 16,500 Enpostos e contribuições encolher 16,500 Enpostos e contribuições encolher 16,500 E	•		250.787
Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas 541,949 Canhos com instrumentos derivativos 6,36,717 Ajuste a valor presente 10,406 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber 3,29,296 Reversão de títulos biaxados 17,283 Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 17,283 Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 17,283 Atualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 17,283 Atualização financeira da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios 19,546 Valores a pagar de parcela A coutros itens financeiros 15,5 (52,099) Imposto de renda e contribuções sociais diferidos 16,234 PIS/COFINS a serem restitudos a consumidores 16,234 PIS/COFINS a serem testitudos a consumidor		(3/5.360)	(9.264)
Cambos com instrumentos derivativos		-	(564)
Ajuste a valor presente		-	
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber			
Anualização financeira da provisão para créditos de liquidação duvidosa 17.283 53.392 Anualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética 5.392 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios 1.915 62.2092 Rendimentos de aplicações financeiras 1.50 62.2093 Rendimentos de aplicações financeiras 1.50 62.5093 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos 1.50 69.556 Impostos de renda e contribuições sociais diferidos 1.50 69.556 Imposto de renda e contribuições sociais correntes 1.50 69.556 Imposto de renda e contribuições sociais correntes 1.50 69.556 Imposto de renda e contribuições sociais correntes 1.50 69.556 Imposto de renda e contribuições sociais sociais correntes 1.50 69.555 Contas a receber de clientes 1.50 69.555 Limpostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 1.10 1.10 1.10 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 1.10 1.10 1.10 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 1.10 1.10 1.10 Impostos e contribuições sobre folha de pagamento 1.60 1.60 Fornecedore contribuições sobre folha de pagamento 1.60 1.60 Contras contribuições sobre folha de pagamento 1.60 1.60 Contras contribuições sobre folha de pagamento 1.50 1.60 Contras contribuições sobre folha de pagamento 1.50 1.60 Contras contribuições sobre folha de pagamento 1.50 1.50 Contratibuições contribuições sobre folha de pagamento 1.50 1.50	Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	
Anualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética 5.19.246		-	, ,
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros 237.239 Rendimentos de apitações financeiras 1.55 52.099 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos 6.1.234 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores 1.2.691 Variações nos atívos e passivos, circulante e não circulantes Contas a receber de clientes 1.830 Contas a receber de clientes 1.830 Serviços pedidos 1.830 Serviços pedidos 1.830 Serviços pedidos 1.830 Serviços pedidos 1.830 Depósitos pulciciais 1.830 Serviços pedidos 1.830 Depósitos pulciciais 1.830 Serviços pedidos 1.830 Depósitos pulciciais 1.830 Limpostos e contribuições a recuperar 1.1 (1.974 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 1.1 (1.974 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar 1.1 (1.974 Impostos e contribuições a recuperar 1.1 (1.974 Impostos e contribuições a recuperar 1.1 (1.974 Limpostos e contribuições a recuperar 1.1 (1.974 Impostos e contribuições a recuperar 1.1 (1.974 Dirtos créditos 1.1 (1.974 Dirtos creditos 1.1 (1.974 Dirtos cr	Atualização e provisão pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		
Rendimentos de aplicações financeiras 15 63,2099 Impostos de renda e contribuições sociais diferidos 6,06,56 10,00,50	Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos		(15)	
Impostos de renda e contribuições sociais correntes (2.691)		(15)	
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes (147) 1.509.079 Contas a receber de clientes . (34.147) Contas a receber - bandeiras tarifárias . (34.147) Contas a receber - bandeiras tarifárias . (25.550) . (25.550) Depósitos judiciais . (25.550) . (25.550) Depósitos judiciais . (34.976) . (11.642) <t< td=""><td></td><td>-</td><td></td></t<>		-	
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		(2.691)
Contas a receber de clientes . (3.1437) Contas a receber - bandeiras tarifárias . (2.5.550) Depósitos judiciais . (25.550) Depósitos judiciais . (3.16.42) Almoxarifado . (4.976) Impostos e contribuições asobre o lucro a recuperar (1) (17.447) Outros créditos . (3.1989) Aquisição de combustível - conta CCC . 19.186 Fornecedores . (16.3.24) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (15.344) Impostos e contribuições a recolher . (3.978) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher . (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores . (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores . (3.5464) Pesquisa de desemolvimento e eficiência neargética . (3.5466) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios . (22.532) Participação nos lucros . (22.532) Participação nos lucros . (25.444) Outras contas a pagar . (25.944) Recebimento de dividendos . (25.944) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais<	Variações nos ativos e nassivos circulante e não circulantes	(147)	1.509.079
Serviços pedidos . (25.550) Depósitos judiciais . 25.421 Almoxarifado . (11.642) Impostos e contribuições a recuperar . (11.642) Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar . (11.7447) Outros créditos . (13.969) Aquisição de combustível - conta CCC . 19.186 Fornecedores . (163.324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (18.324) Impostos e contribuições a recolher . (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher . (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores . (3.666) PES/COFINS a serem restituídos a consumidores . (3.4784) Pesquisa de desenvolvimento e eficiência energética . (3.5864) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios . (22.532) Participação nos lucros . (25.794) Outras contas a pagar . (25.794) Recebimento de dividendos . (25.794) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 Fluxo de caixa de atividades de investimento . (27.425) Aquisições no nativo		-	(34.147)
Depósitos judiciais		-	(1.383)
Almoxarifado - (11.432) Impostos e contribuições a recuperar (1) (17.447) Outros créditos - (13.969) Aquisições do combustível - conta CCC - 19.186 Fornecedores - (16.3.244) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento - (16.3.244) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento - (16.3.244) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento - (27.931) Impostos e contribuições a recolher - (27.931) Impostos e contribuições a recolher - (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher - (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher - (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher - (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher - (27.931) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher - (27.931) Impostos e contribuições a consumidores - (27.931) Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - (22.532) Participação nos lucros - (22.532) Puros pagos - (22.532) Juros pagos - (22.332) Pluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Pluxo de caixa de atividades de investimento - (27.425 Aquisições no ativo contratual - (27.532) Aquisições no ativo contratual - (27.532) Pluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento - (29.088) Amortização de deberiação impositimos e financiamentos - (29.088) Amortização de deparéstimos e financiamentos - (29.088) Amortização de deparéstimos e financiamentos - (27.522) Pluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Recupiração de deparéstimos e financiamento (186.028) (224.358) Caixa e equivalen		-	, ,
Impostos e contribuições a recuperar . (4.976) Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar . (1.916) Impostos créditos . (1.346) Aquisição de combustível - conta CCC . 19.186 Fornecedores . (16.3324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (16.3324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (16.3324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (27.931) Impostos e contribuições a recolher . (27.931) Contribuição de diluminação pública . (3.666) PIS/COITNS a serem restituídos a consumidores . (27.931) Contribuição de diluminação pública . (3.666) PIS/COITNS a serem restituídos a consumidores . (15.446) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios . (22.532) Participação nos lucros . (11.270) Outras contas a pagar . (25.934) Recebimento de dividendos . (20.534) Juros pagos . (112.368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais . (20.532) Fluxo de caixa de atividades de investimento . (19.048) Fluxo de caixa de atividades de investimento . (19.048) Fluxo de caixa de atividades de investimento . (19.048) Fluxo de caixa de atividades de financiamento . (19.048) Captação de empréstimos e financiamento . (19.048) Amortização de despiração es financiamento . (19.048) Amortização de de passivo de arrendamento . (10.6471) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento . (10.633) Caixa e equivalentes de caixa no início do período . (23.226 Caixa e equivalentes de caixa no início do período . (23.236) Caixa e equivalentes de caixa no fino do período . (23.236) Caixa e equivalentes de caixa no fino do período . (23.236) Caixa e equivalentes de caixa no fino do período . (23.236) Caixa e equivalentes de caixa no fino do período . (23.236)			
Outros créditos 13,969 Aquisição de combustível - conta CCC 19,186 Fornecedores 1 (16,324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento 1 3,633 Impostos e contribuições a recolher 2 (27,931) Contribuição de iluminação pública 3 (3978) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores 4 758 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética 4 (58,46) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios 2 (25,32) Participação nos lucros (11,270) Outras contas a pagar 205,045 Recebimento de dividendos 205,045 Juros pagos - (124,368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204,897 Pluxo de caixa de atividades de investimento 204,897 Adições de obrigações especiais 204,897 Aplicações financeiras (19,008) Mayaisções no ativo contratual 5 (578,784) Aplicações financeiras (19,008) Captação de empréstimos e financiamentos 2 (20,000 Amortização de da etividades de financiamentos 2 (20,000		-	(4.976)
Aquisição de combustível - conta CCC . 19,186 Fornecedores . 163,324) Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . 13,633 Impostos e contribuições sa recolher . 27,931 Contribuição de iluminação pública . 3,666 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores . 4,758 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética . 15,446 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios . 20,252 Participação nos lucros . 225,794 Recebimento de dividendos 205,045 Acceptação nos lucros . 205,044 Juros pagos . 205,044 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204,897 Pluxo de caixa de atividades de investimento . 204,897 Adições de obrigações especiais . 207,425 Aquisições no nativo contratual . 5,878,844 Aplicações financeiras (19,008) (179,610) Fluxo de caixa de atividades de investimento (19,008) (179,610) Fluxo de caixa de atividades de financiamento . 20,000 Captação de empréstimos e financiamentos . 20,000 <td>1 1</td> <td>(1)</td> <td>(17.447)</td>	1 1	(1)	(17.447)
Fornecedores		-	, ,
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento . (3.378) Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher . (27.931) Contribuição de iluminação pública . (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores . (3.666) PES/COFINS a serem restituídos a consumidores . (15.446) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios . (21.532) Participação nos lucros . (25.794) Recebimento de dividendos 205.045 - (25.794) Recebimento de dividendos 205.044 (320.057) Juros pagos . (124.368) - (124.368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa de atividades de investimento . (20.000) (20.000) Adjuições no ativo contratual		-	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	
Contribuição de iluminação pública - (3.666) PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - 4.758 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - (15.446) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios - (22.532) Participação nos lucros - (11.270) Outras contas a pagar - (25.794) Recebimento de dividendos 205.045 - Juros pagos - (124.368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa de atividades de investimento - (207.425 Aquisições no ativo contratual - (207.425 Aquisições no ativo contratual - (207.425 Aplicações financiare (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento 19.008 (1795.112) Fluxo de caixa de atividades de financiamentos - 220.000 Amortização de empréstimos e financiamentos <td< td=""><td></td><td>-</td><td>(3.978)</td></td<>		-	(3.978)
PIS/COFÍNS a serem restituídos a consumidores - 4,758 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - (15,446) Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios - (22,532) Participação nos lucros - (25,794) Outras contas a pagar - (25,794) Recebimento de dividendos 205,045 - (25,794) Juros pagos - (124,368) - (124,368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204,897 1,064,654 Fluxo de caixa de atividades de investimento - (27,425) Aquisições no ativo contratual - (578,784) Aplicações financeiras (19,008) (795,112) Fluxo de caixa de atividades de investimento (19,008) (795,112) Fluxo de caixa de atividades de financiamento (20,000) (1166,471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento - (20,000) (20,000) Amortização de empréstimos e financiamentos - (20,000) (20,000) Amortização de passivo de arrendamento - (20,000) (20,000) Amortização de passivo de arrendamento - (20,000) (20,000) Dividendos pagos		-	
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios - (22.532) Participação nos lucros - (11.270) Outras contas a pagar - (25.794) Recebimento de dividendos 205.045 - Juros pagos - (124.368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa de atividades de investimento - (27.425 Aquisições no ativo contratual - (578.784) Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa de atividades de investimento (19.008) (795.112) Fluxo de caixa de atividades de financiamento - 220.000 Amortização de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.5522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028)		-	, ,
Participação nos lucros		-	(15.446)
Outras contas a pagar 205.045 - (25.794) Recebimento de dividendos 205.044 (320.057) Juros pagos - (124.368) Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 204.897 1.064.654 Fluxo de caixa de atividades de investimento - 207.425 Aquisições no ativo contratual - 578.784 Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa de atividades de investimento (19.008) (795.112) Fluxo de caixa de atividades de financiamento - 220.000 (1.166.471) Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 (2.000) Amortização de debêntures - (109.650) (2.000) Amortização de passivo de arrendamento - (109.650) (2.000) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) (2.005) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175)		-	(22.532)
Recebimento de dividendos 205.045 205.044 (320.057) Juros pagos			
Juros pagos - (124,368)		205.045	
Time		205.044	(320.057)
Fluxo de caixa de atividades de investimento Adições de obrigações especiais - 207.425 Aquisições no ativo contratual - (578.784) Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (19.008) (1.166.471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051	Juros pagos		(124.368) (124.368)
Fluxo de caixa de atividades de investimento Adições de obrigações especiais - 207.425 Aquisições no ativo contratual - (578.784) Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (19.008) (1.166.471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051	Fluyo de caiya líquido proveniente das atividades operacionais	204.897	
Adições de obrigações especiais - 207.425 Aquisições no ativo contratual - (578.784) Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (19.008) (1.166.471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051	Trans de carac requido provemente das advidades operacionais		
Aquisições no ativo contratual - (578.784) Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (19.008) (1.166.471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051			207.425
Aplicações financeiras (19.008) (795.112) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento (19.008) (1.166.471) Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de debêntures - (109.650) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051		-	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de empréstimos e financiamentos - (109.650) Amortização de debêntures - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051	, ,	(19.008)	(795.112)
Captação de empréstimos e financiamentos - 220.000 Amortização de empréstimos e financiamentos - (109.650) Amortização de debêntures - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051		(19.008)	(1.166.471)
Amortização de empréstimos e financiamentos - (109.650) Amortização de debêntures - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051			220,000
Amortização de debêntures - (90.898) Amortização de passivo de arrendamento - (5.635) Dividendos pagos (186.028) (210.653) Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051		-	
Dividendos pagos Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento Redução em caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		-	(90.898)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial - (27.522) Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento (186.028) (224.358) Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 563 702.226 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051		(10<000)	(5.635)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento(186.028)(224.358)Redução em caixa e equivalentes de caixa(139)(326.175)Caixa e equivalentes de caixa no início do período563702.226Caixa e equivalentes de caixa no fim do período424376.051	1 5	(186.028)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 563 702.226 376.051		(186.028)	(224.358)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período 424 376.051	Redução em caixa e equivalentes de caixa	(139)	(326.175)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	563	702.226
Redução em caixa e equivalentes de caixa (139) (326.175)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	424	376.051
	Redução em caixa e equivalentes de caixa	(139)	(326.175)

Demonstração do valor adicionado

Período findo em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	30/06/2020	30/06/2020
Receitas Vendas de produtos, serviços e receitas de construção Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de contas a receber Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais, trabalhistas e regulatórios Outras despesas/receitas operacionais Outras despesas/receitas não recorrentes	- - - - - -	5.771.682 (170.454) (20.998) (9.314) (5.718) 5.565.198
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) Custos dos produtos e dos serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Subvenção - CCC	(114)	(2.463.774) (363.601) (62.933) (2.890.308)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(114)	2.674.890
Depreciação e amortização	<u> </u>	(243.737)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(114)	2.431.153
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras Resultado de equivalência patrimonial Amortização do direito de concessão	21 375.360 (7.004) 368.377	512.265 (7.004) 505.261
Valor adicionado total a distribuir	368.263	2.936.414
Distribuição do valor adicionado Empregados Remuneração direta Benefícios		107.275 35.985
FGTS	-	7.444
Outros		(20.374) 130.330
Tributos Federais Estaduais Municipais	1 -	746.564 987.612 1.021
Remuneração de capitais de terceiros	1	1.735.197
Juros Aluguéis Encargos com partes relacionada Outros despesas financeiras	- - - 37 - 37	539.113 2.150 2.969 57.487 601.719
Remuneração de capitais próprios Lucro líquido no período Participação dos não-controladores no lucro do período	368.225	368.225 100.943
ranterpação dos não-controladores no fuero do período	368.225	469.168
Valor adicionado	368.263	2.936.414

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Distribuição" ou "Controladora"), em conjunto com suas controladas denominada "Grupo", é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial Energia S.A é controladora da "Equatorial Distribuição".

Em 23 de janeiro de 2019, através de Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, sucedeu a constituição da Companhia com o nome de SF 122 Participações Societárias S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 10 de abril de 2019, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia teve sua sede alterada para a cidade de São Luís, Estado do Maranhão, além da alteração da denominação social da Companhia de SF 122 Participações Societárias S.A. para Equatorial Energia Distribuição S.A.

Em 5 de novembro de 2019, houve a reorganização societária da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") e da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará") (juntamente denominadas "Controladas") para a Equatorial Distribuição S.A., a qual passou a ser Controladora dessas Companhias a partir desta data.

Em 11 de novembro de 2019, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve a ratificação da celebração do acordo de investimento entre a Equatorial Energia S.A. e ITAÚ Unibanco S.A., através de aporte de R\$ 1.000.000 e mediante a emissão de 397.661.749 ações preferenciais de emissão da Equatorial Energia Distribuição, representando 9,9% de participação direta no capital social da Equatorial Energia Distribuição. A Equatorial Energia S.A por sua vez, ficou com a totalidade das ações ordinárias de emissão da Equatorial Energia Distribuição, representativas em 90,1% do capital desta controlada.

Em função do processo de reorganização societária da Companhia em novembro de 2019, não houve transações com impacto no resultado anterior a esta data. Portanto, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa de 30 de junho de 2019 não estão sendo apresentadas.

1.1 Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Notas	30/06/2020	31/12/2019
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	65,11%	65,11%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	96.50%	96,50%

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional--Continuação

1.1 Entidades controladas--Continuação

- (a) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,5 milhões de consumidores em 217 municípios e cobrindo uma área superior a 332 mil km², em 30 de junho de 2020. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Equatorial Maranhão em 28 de agosto de 2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014; e
- (b) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará, atendendo a mais de 2,7 milhões de consumidores em 144 municípios e cobrindo área superior a 1.248 mil km², em 30 de junho de 2020. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Pará em 28 de julho de 1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

As controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "Controladas".

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

1.2 Impactos COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia e suas controladas tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional--Continuação

1.2 Impactos COVID-19--Continuação

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização, até 30 de junho de 2020, de algumas obrigações do contrato de concessão, tais como vedação a suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras, que abrangem clientes residenciais e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado às restrições de suspensão de fornecimento de energia, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica do Grupo Equatorial.

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo os principais efeitos financeiros e econômicos do Covid-19 até a presente data. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma Companhia regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia e suas controladas tomaram diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de *home office* e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia e suas controladas continuarão atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os efeitos pode-se citar:

Foco nos colaboradores do Grupo:

- (i) Criação de um Comitê de Crise com o objetivo de monitorar os efeitos da crise bem como avaliar medidas a serem tomadas para minimizar tais impactos nos negócios da Companhia;
- (ii) Aplicação de regime de *home office* para todos os trabalhadores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- (iii) Para as áreas que realizavam suas atividades em centros de operações, houve uma reavaliação do espaçamento e ajuste nas posições, de forma a garantir a distância adequada e evitar aglomerações;
- (iv) Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, partindo para adoção das práticas somente por videoconferência;
- (v) Distribuição de kit de higienização para veículo e kit de higienização pessoal para os colaboradores que atuam em campo;
- (vi) Disponibilização de máscaras para os colaboradores atuando nas unidades e em campo;
- (vii) Verificação de temperatura corpórea dos colaboradores;
- (viii) Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- (ix) Reforço na higienização dos ambientes de trabalho, obedecendo as orientações da OMS e Ministério da Saúde; e
- (x) Implantação da telemedicina ocupacional nas companhias do Grupo.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional--Continuação

1.2 Impactos do COVID-19--Continuação

Foco nos negócios do Grupo:

- (i) Reavaliação dos gastos gerenciáveis e dos investimentos na distribuição para o ano corrente em função do novo cenário;
- (ii) Ampliação dos serviços disponibilizados pelos canais digitais da Companhia, com destaque para implantação do pagamento pelo cartão de crédito no *website* da Companhia e possibilidade de cadastramento do consumidor de baixa renda pelo nosso canal de atendimento via WhatsApp;
- (iii) Lançamento de campanha de adimplência para os consumidores, com sorteio de vale compras, vale energia e um carro no período de um ano;
- (iv) Fornecimento e perdas de energia: Houve redução de perda não técnica nas controladas da Companhia, se comparado ao mesmo período do ano anterior, ocasionado, principalmente, pelas ações de combate as perdas, mesmo com a impossibilidade de corte de energia durante o período da pandemia. Adicionalmente, houve redução no fornecimento de energia, que foi muito afetado pelas determinações de isolamento social, visto que os primeiros decretos foram editados a partir da segunda metade de março;
- (v) Sobrecontração: As controladas da Companhia ficaram exposta à sobrecontratação de energia em função da queda do volume de energia e a mesma será tratada como involuntária; e
- (vi) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD): a inadimplência de títulos a receber nas faixas de curto prazo teve um aumento, decorrente do cenário da COVID-19 e consequente postergação dos pagamentos das faturas, ocasionando efeito, nas controladas da Companhia, na provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 74.347. As ações de cobrança, por motivo das medidas de saúde pública, foram paralisadas, a partir da última semana de marco/2020

Como um primeiro passo para aliviar os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 885/2020 para a criação da Conta Covid, que visa antecipar recursos financeiros para as distribuidoras via ativos regulatórios ou receita de parcela A, além de compensar os efeitos da sobrecontratação em decorrência da pandemia.

O primeiro passo para a solução sistêmica no setor para amenizar os impactos das concessionárias já foi dado, cabendo ainda uma discussão mais à frente sobre reequilíbrio econômico. Adicionalmente, situações similares já foram vivenciadas (racionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio (Revisão extraordinária), é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

Vale relembrar que a Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2020 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todas as informações relevantes próprias das informações intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de agosto de 2020.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

Essas informações intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a Nota 3 — Principais politicas contábeis, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Conse	olidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	<u>-</u>		66.083	95.229
Investimentos e fundos de investimento (a)				
Operações Compromissadas	-	-	-	56.815
Certificado de Depósito Bancário - CDB	424	563	47.299	180.227
Fundo de investimento abertos (b)	-	-	46.411	63.967
	424	563	93.710	301.009
Fundo de investimento (Exclusivo) (a)				
Operações Compromissadas	-	-	28.971	274.364
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	28.260
Letra financeira	-	-	-	3.336
Cotas de fundos de investimentos	-	-	187.287	-
Títulos públicos	-	-	-	28
			216.258	305.988
Total	424	563	376.051	702.226

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 30 de junho de 2020 equivale a 88,09% a.a. do CDI (99,12% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

- (a) Referem a Fundos de Investimentos, CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos à insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrado pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas e títulos públicos. Estes fundos são utilizados no fluxo financeiro de curto prazo da Companhia e suas controladas, não constituindo aplicações de médio ou longo prazo.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

5 Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários (Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Fundos de investimentos (Exclusivo)		
Cotas de fundos de investimento	2.674.013	1.680.352
Títulos públicos	160.044	215.475
Letra financeira	-	77.795
Debêntures		4.105
	2.834.057	1.977.727
Fundo aberto	292	12.680
Total circulante	2.834.349	1.990.407
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (a)	81.817	78.548
Total não circulante	81.817	78.548
Total	2.916.166	2.068.955

Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrado pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do PL. Logo, a Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira global é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2020 equivale a 93,33% a.a. do CDI (99,35% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(a) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2020	31/12/2019
Residencial	1.606.666	1.497.045
Industrial	191.206	180.618
Comercial	409.842	399.931
Rural	160.193	144.435
Poder público	122.549	144.713
Iluminação pública	32.357	35.021
Serviço público	68.056	70.596
Contas a receber de consumidores faturados	2.590.869	2.472.359
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	329.869	346.112
Residencial	1.211.561	1.184.005
Industrial	70.510	62.287
Comercial	168.282	156.362
Rural	64.167	62.252
Poder público	113.846	114.414
Iluminação pública	33.655	38.237
Serviço público	95.052	98.703
Parcelamentos (b)	1.757.073	1.716.260
Baixa renda e viva luz (c)	100.260	71.130
Outras	169.194	148.489
Total	4.947.265	4.754.350
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(2.000.593)	(1.654.014)
Total contas a receber clientes	2.946.672	3.100.336
Total College a record chemics		
Circulante	2.471.643	2.559.154
Não circulante	475.029	541.182

⁽a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil;

⁽b) A política de parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas prever o prazo de até 48 vezes, e com a aplicação de taxa de juros de até 1% a.m. Para os parcelamentos, anteriormente firmados nas recentes adquiridas, realizados sem juros ou com taxas baixas, tiveram a aplicação de ajuste a valor presente; e

⁽c) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

		Provisões/	Reversões/	
	31/12/2019	adições (*)	(baixas) (*)	30/06/2020
Contas a receber de consumidores faturados	926.483	241.852	(23.987)	1.144.348
Parcelamentos	681.596	102.917	(5.514)	778.999
Contas a receber de consumidores não faturados	22.409	25.392	(25.797)	22.004
Outras	23.526	50.595	(18.879)	55.242
Total	1.654.014	420.756	(74.177)	2.000.593

^(*) As controladas da Companhia revisitaram a sua estimativa contábil de provisionamento de títulos vencidos do contas a receber, de forma que, o efeito líquido no período findo em 30 de junho de 2020 referente à provisão e reversão de perda por valor recuperável do contas a receber, foi de R\$ 346.579, nesse processo, também reconheceu uma reversão de perdas desses clientes de títulos baixados no valor R\$ 158.842, gerando um impacto líquido no resultado do período de R\$187.737, sendo R\$ 170.454 no resultado operacional e R\$ 17.283 decorrente de juros de mora contabilizado no resultado financeiro.

6.3 Contas a receber de consumidores faturados

	30/06/2020				
•	Saldos	Vencidos	Vencidos há		
	a vencer	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	
Residencial	166.555	331.587	1.108.524	1.606.666	
Industrial	50.731	20.276	120.199	191.206	
Comercial	107.803	72.355	229.684	409.842	
Rural	17.568	22.907	119.718	160.193	
Poder público	50.385	34.874	37.290	122.549	
Iluminação pública	10.361	4.396	17.600	32.357	
Serviço público	27.722	22.937	17.397	68.056	
Total	431.125	509.332	1.650.412	2.590.869	

	31/12/2019					
	Saldos	Vencidos	Vencidos há			
	a vencer	até 90 dias	mais de 90 dias	Total		
Residencial	281.949	296.500	918.596	1.497.045		
Industrial	64.963	14.134	101.521	180.618		
Comercial	164.292	51.399	184.240	399.931		
Rural	22.212	22.477	99.746	144.435		
Poder público	73.206	43.674	27.833	144.713		
Iluminação pública	17.851	4.500	12.670	35.021		
Serviço público	32.204	26.030	12.362	70.596		
Total	656.677	458.714	1.356.968	2.472.359		
				·		

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

6.4 Parcelamentos

	30/06/2020					
	Vencidos há Saldos Vencidos mais de 90					
	a vencer	até 90 dias	dias	Total		
D. 11	652.045		472.040	1 211 561		
Residencial	673.945	65.576	472.040	1.211.561		
Industrial	27.288	2.872	40.350	70.510		
Comercial	82.265	8.377	77.640	168.282		
Rural	31.430	3.742	28.995	64.167		
Poder público	103.103	3.578	7.165	113.846		
Iluminação pública	30.834	1.315	1.506	33.655		
Serviço público	88.571	2.268	4.213	95.052		
Total do parcelamento	1.037.436	87.728	631.909	1.757.073		

	31/12/2019					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
Residencial	776.636	62.049	345.320	1.184.005		
Industrial	29.327	2.031	30.929	62.287		
Comercial	93.258	7.812	55.292	156.362		
Rural	37.119	3.720	21.413	62.252		
Poder público	104.728	4.086	5.600	114.414		
Iluminação pública	35.734	1.531	972	38.237		
Serviço público	93.170	2.238	3.295	98.703		
Total do parcelamento	1.169.972	83.467	462.821	1.716.260		

Aging parcelamentos a vencer

	30/06/2020					
	2020	2021	2022	Após 2022	Total	
Residencial	392.573	155.943	87.182	38.247	673.945	
Industrial	16.100	4.206	2.852	4.130	27.288	
Comercial	48.784	17.050	9.914	6.517	82.265	
Rural	20.283	6.505	2.984	1.658	31.430	
Poder público	35.091	15.329	12.491	40.192	103.103	
Iluminação pública	15.577	4.228	3.113	7.916	30.834	
Serviço público	37.100	17.521	7.224	26.726	88.571	
Total do parcelamento	565.508	220.782	125.760	125.386	1.037.436	

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)--Continuação

6.4 Parcelamentos--Continuação

Aging parcelamentos vencidos em 30 de junho de 2020 há mais de 90 dias

				30/06/2020		
	Venc. 91 à 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 à 1080 dias	Venc. de 1081 à 1530 dias	Venc. mais de 1530 dias	Total
Residencial	147.623	136.399	68.483	77.300	42.235	472.040
Industrial	5.044	5.753	7.841	11.864	9.848	40.350
Comercial	17.170	17.287	11.519	18.743	12.921	77.640
Rural	8.909	9.147	4.329	4.080	2.530	28.995
Poder público	3.214	1.154	817	1.649	331	7.165
Iluminação pública	758	240	217	24	267	1.506
Serviço público	2.187	972	658	387	9	4.213
Total do parcelamento	184.905	170.952	93.864	114.047	68.141	631.909

7 Serviços pedidos (Consolidado)

Referem-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviços (ODS), custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativações (ODD) e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação (ODA), sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE).

_	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Desativações e alienações em curso (a)	85.761	71.960
Serviço próprio (b)	9.238	8.925
Serviço próprio P&D e PEE (c)	152.033	144.572
Serviços prestados a terceiros (d)	28.862	22.852
Transformação fabricação e reparos de materiais	1.494	1.455
Total circulante	277.388	249.764
Não circulante		
Serviço próprio P&D e PEE (c)	6.591	6.591
Total não circulante	6.591	6.591
Total serviços pedidos	283.979	256.355

⁽a) Referem-se aos custos com retirada (baixa) de bens integrantes do ativo registrados através de ordens de desativações, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;

⁽b) Referem-se à emissão de ordens de serviços para apuração de custos com elaborações de projetos e execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;

⁽c) O saldo refere-se aos custos realizados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética para atender a programas sociais destinados a comunidades de "baixa renda" dentro da área de concessão; e

⁽d) O saldo refere-se à instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	31/12/2019	Constituição	Atualização	Amortizações	30/06/2020
Parcela A CDE - Conta de desenvolvimento energético (a) PROINFA - Programa de incentivo	(31.387)	17.567	(293)	12.447	(1.666)
às fontes alternativas de energia elétrica	5.792	(12.065)	(65)	(4.741)	(11.079)
Rede básica (b)	34.748	1.211	629	(8.568)	28.020
Compra de energia CVA (c)	594.605	(5.481)	9.422	(325.392)	273.154
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(125.695)	(62.672)	(2.073)	98.235	(92.205)
	478.063	(61.440)	7.620	(228.019)	196.224
Itens financeiros					
Sobrecontratação de energia	(58.828)	31.835	(938)	5.008	(22.923)
Neutralidade (e)	706	6.703	(279)	(16.655)	(9.525)
CEPISA violação do limite de continuidade	86	(86)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(297.519)	(34.744)	(4.557)	25.299	(311.521)
Outros	(138.600)	(7.551)	(1.056)	41.621	(105.586)
	(494.155)	(3.843)	(6.830)	55.273	(449.555)
Total	(16.092)	(65.283)	790	(172.746)	(253.331)
Efeito líquido entre saldos ativo e (passivo)					
Circulante	116.282				(56.408)
Não circulante	(132.374)				(196.923)

- (a) Constituição passiva, de R\$ 10.277 na controlada Equatorial Pará e R\$ 7.290 na controlada Equatorial Maranhão, a título de revisão orçamentária para pagamento em 2020 serem inferiores que as tarifas de cobertura vigentes, gerando, portanto, uma constituição ativa de CVA;
- (b) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da Rede Básica foi afetado pela constituição da CVA R\$ 2.281 na Equatorial Pará e R\$ (1.070), cujo valor foi positivo em virtude do aumento das tarifas dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes, gerando uma constituição ativa. Outro fator foi a amortização do período, cujo valor para esse período foi de R\$ 7.255; Na Equatorial Maranhão, o saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A) da rede básica foi afetado pela constituição negativa de R\$ 1.070, devido à redução das despesas com a rede básica em decorrência do Despacho Aneel nº 1106/2020, que decretou antecipação dos efeitos financeiros da parcela de ajuste para os meses de abril-junho de 2020. Com esta redução das despesas, as tarifas de pagamentos realizadas no último trimestre de 2020 ficaram menores que a cobertura tarifaria, gerando, portanto, a constituição passiva da CVA;
- (c) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) apresentou redução do saldo referente à amortização do valor recebido decorrente do reajuste ocorrido em agosto de 2019, que no período findo em 30 de junho de 2020, totalizou R\$ 325.392, sendo R\$ 200.108 na Equatorial Pará e R\$ 125.284 na Equatorial Maranhão;
- (d) Encargo de Serviço do Sistema ESS está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema nos para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório; e
- (e) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplando no processo tarifário anterior, devidamente atualizadas pela taxa SELIC. Em 30 de Junho de 2020 foi constituído o montante de R\$ 4.806 na Equatorial Pará e R\$ 1.897 na Equatorial Maranhão, influenciado diretamente pela queda no faturamento real em relação ao mercado de referência do reajuste, que são bases para apuração desse componente financeiro;

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.594, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Equatorial Maranhão, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2019 com vigência até 27 de agosto de 2020, e através da Resolução Homologatória nº 2.558, de 6 de agosto de 2019, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada Equatorial

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

8 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)--Continuação

Pará, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2019 com vigência até 6 de agosto de 2020.

Neste processo, as CVA contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela Equatorial Maranhão e Equatorial Pará e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas.

As tarifas de aplicação das controladas, constantes da Resolução Homologatória nº 2.558, 6 de agosto de 2019, foram reajustadas em média -3,82% na Equatorial Maranhão, 0,69% na Equatorial Pará, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usurários/agentes supridos pelas controladas.

9 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	78.832	77.637
INSS	7.238	7.718
PIS e COFINS	14.064	18.758
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	618.344	56.233
Outros	5.688	3.869
Total circulante	724.166	164.215
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	119.715	112.586
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	1.059.599	734.368
Outros	2.608	2.602
Total não circulante	1.181.922	849.556
Total impostos e contribuições a recuperar	1.906.088	1.013.771

⁽a) As controladas da Companhia possuem impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos; e

⁽b) As controladas da Companhia possuem um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 1.677.943, sendo R\$941.470 referente à Equatorial Pará e R\$ 736.473 referente à Equatorial Maranhão, baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e suportado pelo trânsito e julgado da ação. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2020, a Companhias e suas controladas possuem movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Controladora

	30/06	/2020	31/12/2019		
Dividendos a receber / a pagar	Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-		17.852	-	
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	45	-	21.161	-	
Equatorial Energia S.A	-	-	-	(41.924)	
ITAU S.A	-	-	-	(4.583)	
Total	45	-	39.013	(46.507)	

Consolidado

	30/0	6/2020	31/12/2019	
Dividendos	Ativo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo
Equatorial Energia S.A.			-	(2.911)
Total			-	(2.911)

			30/06/2020		31/12/2019	
Outros créditos a receber		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(b)	1.043	-	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		3.034	-	-	-	-
FACEPI		13	-	(1.592)	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência		-	-	1.346	-	-
Geradora de Energia do Maranhão S.A.	(c)	-	-	1.503	-	-
55 Soluções Ltda.	(a)		-	-	2.236	-
EQTT		34	-	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	53	-	8	74	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	60	-	8	77	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	103	-	10	91	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	74	-	18	175	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	56	-	7	72	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	52	-	10	84	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	67	-	8	70	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	26	-	11	110	-
Total		4.615		1.337	2.989	-

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas--Continuação

			30/06/2020		31/12/	2019
Outras contas a pagar		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo
Equatorial Energia S.A.	(d)	-	-	275	-	(9.568)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	(4.235)	(37.286)	-	-
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(b)	-	(1.085)	(3.884)	-	-
Equatorial Telecomunicações Ltda.		-		(622)	-	-
Total	:		(5.320)	(41.517)		(9.568)

			30/06/2020		31/12/2019		
Empréstimos	·	Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A			(23.003)	1.029			
Eletrobras	(g)	-	(23.003)	1.029	-	(27.031)	
Total		-	(23.003)	1.029		(27.031)	

			30/06/2020	0/06/2020 31/12/201		
Valores a pagar de acordos com recuperação judicial		Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo
Centrais Elétricas Brasileiras S.A						
Eletrobras	(h)	-	(640.851)	(19.039)	-	(649.955)
Total		-	(640.851)	(19.039)		(649.955)

20/0//2020

			30/06/2020	30/06/2020 31/		
Fornecedores	į	Ativo	Passivo	Efeito no resultado	Ativo	Passivo
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	-	(618)		-	(765)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	(1.029)	-	-	-
55 Soluções Ltda.	(e)	-	(2.813)	7.636	-	(13.356)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	-	-	-	-	(13)
Total		-	(4.460)	7.636	-	(14.134)

- (a) O contrato de compartilhamento decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do art. 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (b) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Pará com a EQTPREV;
- (c) Os valores com Geradora de Energia do Maranhão S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5564/2007 - 29431N - 29432N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2025;

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

10 Partes relacionadas--Continuação

- (e) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará;
- Os valores com a 55 Soluções S.A. são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (g) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de Internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (h) Os valores com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras são referentes a contratos de empréstimos de R\$ 23.003. e R\$ 84.842 da Equatorial Pará e Equatorial Maranhão. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, vide Nota Explicativa nº 17; e
- Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2.034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 22.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No período findo em 30 de junho de 2020, o pessoal-chave da Administração inclui os Diretores e a remuneração foi fixada até o limite imposto por lei.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) remuneração baseada em ações.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 30 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará sem ônus nos contratos de financiamentos.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

11 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2019	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) Ativoscontratuais	Baixas	30/06/2020
Ativo financeiro Obrigações especiais (c)	6.420.769 (1.568.952)			(136)	6.515.706 (1.586.073)
Total ativo financeiro	4.851.817	564	77.388	(136)	4.929.633

As concessões das controladas, não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a ser realizados ao poder concedente.

- (a) Visando à melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização de 100% do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica;

12 Investimentos (Controladora)

As principais informações sobre os investimentos nas controladas são conforme a seguir demonstradas:

		30/06/2020	31/12/2019
Avaliados por equivalência patrimos	nial:		
Equatorial Maranhão	65,11%	2.137.285	1.986.267
Equatorial Pará	96,50%	2.979.097	2.927.334
Total		5.116.382	4.913.601
•	96,50%		

Em 30 de junho de 2020, no consolidado, o saldo de R\$ 11.853 (R\$ 14.672 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a outros investimentos da controlada Equatorial Pará que a Companhia possui participação indireta sem controle.

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Dividendos adicionais	Resultado da equivalência patrimonial	Amortização do direito de concessão	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2020
Equatorial Maranhão	1.986.267 2.927.334	(16.763)	174.784 200.576	(7.003)	-	2.137.285 2.979.097
Equatorial Pará Total	4.913.601	(149.314)	375.360	(7.003)	501 501	5.116.382

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

12 Investimentos (Controladora)--Continuação

12.2 Conciliação dos investimentos

		30/06/2020								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão/M ais e menos valia	Total do investimento		
	65,11%	3.036.950	268.450		167.781	1.977.317	159.968	2.137.285		
	96,50%	3.356.068	208.406		- 200.576	3.238.579	(259.482)	2.979.097		
	•	6.393.018	476.856		368.357	5.215.896	(99.514)	5.116.382		

	31/12/2019									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Intangível de concessão/M ais e menos valia	Total do investimento		
Equatorial Maranhão Equatorial Pará	65,11% 96,50%	2.794.244 3.301.874	137.311 113.363	84	07.721	1.819.295 3.186.281	166.972 (258.947)	1.986.267 2.927.334		
		6.096.118	250.674	84	197.196	5.005.576	(91.975)	4.913.601		

13 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,38%	10.532.633	(5.595.004)	(1.489.582)	3.448.047
Direito de concessão - Equatorial Maranhão Direito de concessão - Equatorial		291.810	(131.842)	-	159.968
Pará		172.905	(163.709)	-	9.196
Total	- -	10.997.348	(5.890.555)	(1.489.582)	3.617.211

		31/12/2019					
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido		
Em serviço	4,39%	10.476.648	(5.282.078)	(1.589.174)	3.605.396		
Direito de concessão - Equatorial							
Maranhão		291.810	(124.838)	-	166.972		
Direito de concessão - Equatorial							
- Pará		10.177	(327)		9.850		
Total		10.778.635	(5.407.243)	(1.589.174)	3.782.218		

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

13 Intangível (Consolidado)--Continuação

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à datado contrato de concessão até agosto de 2030 na controlada Equatorial Maranhão, até julho de 2028 na controlada Equatorial Pará, conforme ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Movimentação do ativo intangível

			_	Transferência	
_	31/12/2019	Adições	Baixas (b)	Ativos de contrato (a)	30/06/2020
Em serviço (-) Amortização	10.476.648 (5.282.078)	(316.568)	(7.271) 3.642	63.254	10.532.633 (5.595.004)
Total em serviço	5.194.570	(316.568)	(3.627)	63.256	4.937.629
Obrigações especiais (c) (-) Amortização	(2.878.947) 1.289.773	80.884		18.708	(2.860.239) 1.370.657
Total em obrigações especiais	(1.589.174)	80.884		18.708	(1.489.582)
Direito de concessão – Equatorial Maranhão e Pará (d) (-) Amortização	178.829 (2.007)		(7.658)		171.171 (2.007)
Total	3.782.218	(235.684)	(11.285)	81.962	3.617.211

⁽a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;

14 Ativos contratuais (Consolidado)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível e/ ou ativo financeiro da concessão.

O ativo de contrato do Grupo está constituído conforme a seguir demonstrado:

⁽b) Valores correspondem as baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição da Equatorial Maranhão e Pará, cujos principais montantes são frutos das conciliações do 5º ciclo de revisão tarifária da Equatorial Pará;

⁽c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e

⁽d) Valores provenientes da do direito de concessão contratual da aquisição Equatorial Maranhão e Equatorial Pará.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

14 Ativo Contratuais--Continuação

		30/06/2020	
	Custo	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido
Ativo contratual	1.519.286	(688.927)	830.359
Total	1.519.286	(688.927)	830.359
		31/12/2019	
	Custo	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido
Ativo contratual	1.098.879	(493.556)	605.323
Total	1.098.879	(493.556)	605.323

Movimentação do ativo de contrato

					Transfe	erência (a)	
	31/12/2019	Reclassi- ficações	Adições	Baixas	Intangível	Ativo financeiro	30/06/2020
Em curso	1.098.879	(7.052)	578.784		(63.256)	(88.069)	1.519.286
Obrigações especiais (b)	(493.556)	7.052	(207.425)	13.027	(18.706)	10.681	(688.927)
Total	605.323		371.359	13.027	(81.962)	(77.388)	830.359

⁽a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e

A Companhia e suas controladas avaliaram o impacto e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de junho de 2020. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

⁽b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

15 Fornecedores (Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	435.420	583.456
Encargos de uso da rede elétrica	37.859	37.069
Materiais e serviços (b)	293.403	313.068
Cauções em garantia	28.579	25.679
Partes relacionadas (c)	4.460	14.134
Provisão de fornecedores (d)	45.836	35.112
Total	845.557	1.008.518
Não circulante		
Materiais e serviços	6.731	7.094
Total	6.731	7.094
Total	852.288	1.015.612

- (a) O saldo de 30 de junho em relação a dezembro de 2019 apresentou redução dos custos das operações com a CCEE efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, o qual teve uma redução de R\$ R\$ 227,30 para R\$ 69,41 às distribuidoras para atendimento do mercado, o que acarretou uma redução na despesa. As despesas com os contratos de Energia tiveram uma redução no preço médio de pagamento em valores nominais em 30 de junho de 2020, que representou uma redução do saldo em virtude de uma menor despesa com a parcela variável das térmicas;
- (b) Saldo refere-se, substancialmente, aos fornecedores relacionados aos investimentos da infraestrutura da concessão que a companhia vem realizando no período;
- (c) Valores relativos às partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 11; e
- (d) Valores relativos à estimativa da administração sobre valores devidos a fornecedores diversos, os quais o documento fiscal não havia sido recebido até o encerramento do período.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

16.1 Composição do saldo

				30/06/2020			31/12/2019	
			Prin	cipal e encargo	os	Prin	cipal e encargo	os
Moeda estrangeira (USD)	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CCBI Banco Citibank S.A.	5,21%	Não há	113.809	1.202.099	1.315.908	5.188	971.032	976.220
Total moeda estrangeira US\$			113.809	1.202.099	1.315.908	5.188	971.032	976.220
Moeda nacional Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	10,42%	Recebíveis Aval do	32.722	75.123	107.845	32.052	90.836	122.888
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	7,15%	controlador+Recebíveis+ Aplicação Aval do	230.754	1.584.194	1.814.948	170.140	1.488.676	1.658.816
Banco do Brasil S.A.	4,50%	controlador+Alienação Fiduciária	124	390	514	734	452	1.186
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	7,00%	Aval do	6.896	6.789	13.685	6.880	10.196	17.076
Caixa Econômica Federal	6,00%	controlador+Recebíveis+ Aplicação	10.588	62.441	73.029	10.379	67.601	77.980
Finep	4,00%	Aval do controlador+Recebíveis	-	-	-	161	-	161
Banco Santander S.A Votorantim S.A.	5,33% 4,50%	Não há	20	200.000	200.020	40 125	200.000	200.040 125
Nota promissória	4,30%	Aval do controlador	579.711		579.711	125	569.013	569.013
Subtotal	6,.64%		860.815	1.928.937	2.789.752	220.511	2.426.774	2.647.285
(-) Custo de captação	0,00%		(1.498)	(3.468)	(4.966)	(1.247)	(4.577)	(5.824)
Total moeda nacional	6,64%		859.317	1.925.469	2.784.786	219.264	2.422.197	2.641.461
Total	6,18%		973.126	3.127.568	4.100.694	224.452	3.393.229	3.617.681

Em 30 de junho de 2020, os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 6,18% a.a., equivalente a 134,3% do CDI (7,76% a.a., equivalente a 130,1% do CDI, em 31 de dezembro de 2019), considerando no custo da dívida do Citibank, o custo da ponta passiva do *swap* em CDI + *spread*.

16.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/06/202	20
Vencimento	Valor	%
Circulante	224.452	7%
2021	674.317	20%
2022	868.474	26%
2023	656.461	20%
2024	215.056	6%
Após 2024	716.728	21%
Subtotal	3.131.036	93%
Custo de captação (Não circulante)	(3.468)	0%
Não circulante	3.127.568	93%
Total	3.352.020	100%

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

16 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)--Continuação

16.3 Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estran	geira (USD)		
-	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	219.264	2.422.197	5.188	971.032	3.617.681	
Ingressos	-	220.000	-	-	220.000	
Encargos	130.180	(69.013)	16.756	-	77.923	
Variação monetária e cambial	12.435	8.962	-	339.899	361.296	
Transferências	656.677	(656.677)	108.832	(108.832)	-	
Amortizações de principal	(109.650)	-	-	-	(109.650)	
Pagamentos de juros	(50.445)	-	(16.967)	-	(67.412)	
Custo de captação (a)	856		<u>-</u> _	<u> </u>	856	
Saldos em 30 de junho de 2020	859.317	1.925.469	113.809	1.202.099	4.100.694	

⁽a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adicão

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória), e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites dos *covenants* financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladas

Equatorial Maranhão Covenants Notas Promissórias	1ª NP	
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25 2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	1,05 111,53	
Covenants Empréstimos 1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,0	BNDES I 1,06	
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,25	
Covenants Empréstimos	BNDES II	
1° Dívida líquida/EBITDA :<=3,75	1,19	
3º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,25	
Equatorial Pará		
Covenants Empréstimos	Santander	
1° Dívida líquida/EBITDA: < 3,5	1,92	
Covenants Empréstimos	BNDES	
1° Dívida líquida/EBITDA: <=3,75	2,51	
2º Dívida líquida/(Dívida Líquida + PL) : <=0,7	0,47	
Covenants Empréstimos	Citibank I	Citibank II
1° Dívida líquida/EBITDA :<= 4	1,97	1,97
2ª EBITDA/ Resultado Financeiro	N/A	7,66
31		

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

17 Debêntures (Consolidado)

17.1 Movimentação da dívida

A movimentação das debêntures no período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	122.545	2.207.855	2.330.400
Encargos Transferências Amortização do principal	53.403 (3.480) (90.898)	3.480	(90.898)
Pagamento de juros Variação monetária Custo de captação	(52.091) 768 2.751	7.528	(52.091) 8.296 2.751
Saldos em 30 de junho de 2020	32.998	2.218.863	2.251.861
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019			
Transferência de controle Ingressos	175.513	2.211.798 1.000.000	2.387.311 1.000.000
Encargos Transferências Amortização do principal	28.411 999.126 (1.056.500)	(999.126)	28.411 - (1.056.500)
Pagamento de juros Variação monetária	(25.838) 681	(4.817)	(25.838) (4.136)
Custo de captação (a) Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.152	2.207.855	2.330.400

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição

Em 30 de junho de 2020 as empresas do Grupo, possuem cinco emissões vigentes.

								Em 30 de jun	ho de 2020
							_	Saldo líquido	
				Valor da		Data da	Venc.	do custo de	Custo
Empresa	Emissão	Característica	Série	Emissão	Custo Nominal	Emissão	Final	captação	efetivo
EQUATORIAL PARÁ	2ª	(2)(3)(4)	1ª	60.000	IPCA + 8,04% a.a.	dez/16	jan/24	68.960	10,34%
EQUATORIAL PARÁ	2ª	(2) (3) (4)	2ª	23.000	IPCA + 7,00% a.a.	dez/16	jan/24	25.963	9,28%
EQUATORIAL PARÁ	3ª	(1)(3)(4)(5)	1ª	199.069	IPCA + 6,70% a.a.	dez/16	dez/21	227.285	8,98%
EQUATORIAL PARÁ	3ª	(1) (3) (4) (5)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	115.303	9,15%
EQUATORIAL PARÁ	5ª	(1) (3) (4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	mai/18	abr/23	541.622	5,75%
EQUATORIAL PARÁ	5ª	(1)(3)(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	mai/18	abr/23	460.277	5,96%
EQUATORIAL MARANHÃO	7ª	(1)(2)(3)	1ª	155.000	IPCA + 5,8% a.a.	nov/16	out/21	179.667	7,73%
EQUATORIAL MARANHÃO	7ª	(1)(2)(3)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	nov/16	out/23	133.356	7,79%
EQUATORIAL MARANHÃO	8 ^a	(1)(2)(3)	Única	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	504.839	4,93%

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (2) Emissão privada de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie Quirografária
- (5) Garantia adicional fidejussória

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

17 Debêntures (Consolidado)--Continuação

17.2 Movimentação da dívida

As debêntures contratadas pelas Controladas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Maranhão

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25 2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	1,05 111,53	1,05 111,53
Equatorial Pará		
Covenants debentures		2ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5 2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2		2,24 6,73
Covenants debentures		3ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <3,5 2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >=1,5		1,91 7,66
Covenants debêntures 1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <= 4		5ª debêntures 1,92

18 Impostos a recolher (Consolidado)

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
ICMS (a)	180.190	268.951
ICMS parcelamento (b)	12.020	11.588
PIS e COFINS	118.821	51.099
Encargos sociais e outros	16.775	12.607
ISS	10.583	10.126
Total	338.389	354.371
Não circulante		
ICMS (a)	122.956	122,956
ICMS parcelamento (b)	53.676	58.461
ISS	3.200	3.096
Total	179.832	184.513

⁽a) ICMS a recolher sobre venda de energia elétrica das suas controladas; e

⁽b) A Equatorial Pará possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, e sua variação deve-se à adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em 31 de janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em 31 de julho de 2031. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) mais 1% de juros.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

18 Impostos a recolher (Consolidado)--Continuação

Cronograma de pagamento ICMS parcelado da Equatorial Pará

	30/06/202	30/06/2020		
	Valor	%		
Circulante	12.020	18%		
2020	8.881	14%		
2021	10.137	15%		
2022	10.137	15%		
2023	10.137	15%		
2024	3.146	5%		
Após 2024	11.238	18%		
Não circulante	53.676	82%		
Total ICMS parcelamento	65.696	100%		

19 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)

19.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2020	31/12/2019			
Crédito ativos de:					
Prejuízo fiscal (a)	101.735	123.694			
Base negativa	23.505	26.529			
Diferenças temporárias: Provisão para contingências	125.240 85.793	150.223			
			Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	85.793 211.088	194.489
			Provisão fundo de pensão	13.705	13.705
Provisão fundo de pensão Provisão para participação nos lucros	10.719	12.818			
Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	733	397			
Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16	695	391			
Outras diferenças temporárias	9.795	8.110			
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará	9.175	48.286			
Total	457.768	514.839			
Total	437.700	314.037			
Diferenças temporárias:					
Depreciação acelerada	(607.009)	(624.932)			
Custo de captação	(153.039)	(223.577)			
Swap	(127.549)	(11.412)			
Outras despesas não dedutíveis	(9.337)	(10.518)			
Arrendamentos - CPC 06 (R2) / IFRS 16	(354)	(1.120)			
Reavaliação bens da concessão (b)	(44.529)	(48.564)			
Provisão atuarial	(3.675)	(3.675)			
Ajuste a valor presente - AVP	(164.639)	(98.062)			
Outras contas a pagar – PLPT – aquisição EQTL Pará	100	_			
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição EQTL Pará	48.286	-			
Total	(1.061.745)	(1.021.860)			
Total tributo diferido passivo	(603.977)	(507.021)			

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

19 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)--Continuação

19.2 Movimentação dos tributos diferidos

		30/06/2020			
		D14 J-	¥7-1	Ativo	Passivo
	31/12/2019	Resultado do período	Valor líquido	fiscal diferido	fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	123.694	(21.959)	101.735	101.735	-
Base negativa de CSLL	26.529	(3.024)	23.505	23.505	-
Contingências	86.811	(1.018)	85.793	85.793	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	194.489	16.598	211.087	211.087	-
Provisão fundo de pensão	13.705	-	13.705	13.705	-
Provisão para participação nos lucros	12.817	(2.099)	10.718	10.718	-
Custo de Construção – CPC 47	397	336	733	733	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	(1.120)	1.461	341	1.179	(838)
Outras contas a pagar PLPT – Aquisição EQTL Pará	-	100	100	100	-
Swap	(11.412)	(116.137)	(127.549)	-	(127.549)
Provisão atuarial	(3.675)	_	(3.675)	-	(3.675)
Outras	(2.406)	2.865	459	459	_
Atualização do Ativo Financeiro	-	423	423	423	-
Depreciação acelerada	(624.932)	17.925	(607.007)	-	(607.007)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(321.640)	3.538	(318.102)		(318.102)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição EQTL Pará - vide item 20.3	48.286	-	48.286	48.286	-
Reavaliação bens da concessão	(48.564)	4.035	(44.529)		(44.529)
Total	(507.021)	(96.956)	(603.977)	497.723	(1.101.700)

19.3 Composição do IRPJ e da CSLL - aquisição Equatorial Pará

	30/06/2020	31/12/2019
Intangível - mais-valia concessão	(26.368)	(26.368)
Baixa de ativo intangível	24.866	24.866
Contingências	40.638	40.638
Outras contas a pagar – PLPT (Programa de Luz para todos)	9.150	9.150
Total	48.286	48.286

Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, no período findo em 30 de junho de 2020, está demonstrada conforme a seguir:

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

19 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)--Continuação

	30/06/2020		
	IRPJ	CSLL	
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) Alfauota fiscal	627.358 25%	627.358 9%	
Pela alíquota fiscal	156.840	56.462	
Adicões:			
Reversão de provisão para contingências	(750)	(270)	
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	214.173	77.103	
Ajuste a valor presente	3.053	1.100	
Custo de construção - CPC 47	249	89	
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	2.967	1.068	
Variação de Swap	(85.395)	(30.742)	
Reversão da provisão para participação nos lucros	(1.543)	(556)	
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	1.074	387	
Valor novo de reposição – VNR	1.610	579	
Depreciação acelerada	17.925	-	
Outras exclusões permanentes	7.946	2.863	
Total das adições (B)	161.309	51.621	
Exclusões:			
Redução ao valor recuperável do contas a receber	(201.968)	(72.708)	
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(1.271)	(458)	
Valor novo de reposição-VNR	(1.752)	(630)	
Outras exclusões permanentes	470	145	
Total das exclusões (C)	(204.521)	(73.651)	
Incentivo PAT	(1.552)		
Incentivo l'Al Incentivo prorrogação licença maternidade	(81)	-	
Dedutibilidades fiscais (limites legais)	(8.822)	2.804	
Total compensações (D)	(10.455)	2.804	
1 3 1			
(-) IRPJ subvenção governamental	(79.175)		
Total outras deduções (E)	(79.175)		
IRPJ e CSLL correntes do período (A+B+C+D+E)	23.998	37.236	
IRPJ e CSLL diferidos do período	70.109	26.847	
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos	94.107	64.083	
Alíquota efetiva	15%	10%	
•			

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

20 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética (Consolidado)

	Percentual de distribuição da		
Distribuição do recurso	\mathbf{ROL}^1	30/06/2020	31/12/2019
Programa de eficientização energética	0.40%	153.581	141.970
Pesquisa e desenvolvimento	0,40%	122.217	116.434
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –	,		
FNDCT	0,20%	2.501	3.039
Ministério de Minas e Energia – MME	0,10%	1.244	1.512
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	0,10%	19.379	16.021
Total pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		298.922	278.976
Circulante		176.531	166.908
Não circulante		122.391	112.068

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial -Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os art. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a empresa firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, acreditamos que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em Legal *Opinion* do escritório que conduz o processo. Acreditamos que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará--Continuação

21.1 Composição da dívida

	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Encargos setoriais	-	1.428
Intragrupos	2.492	
Credores financeiros (a)	16.586	20.847
Total	19.078	22.275
Não circulante		
Intragrupos	83.853	83.669
Credores financeiros (a)	1.063.011	1.050.581
Partes relacionadas	13.537	13.538
(-) Ajuste a valor presente (b)	(278.264)	(288.595)
Total	882.137	859.193
Total	901.215	881.468

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, Bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 30 de junho de 2020, o saldo é composto por: R\$ 252.982 de empréstimos e financiamentos e R\$ 21.554 de intragrupos (em 31 de dezembro de 2019, o saldo é composto por: R\$ 262.391 de empréstimos e financiamentos e R\$ 22.234 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	30/06/2020		
Vencimento	Valor		
Circulante	19.078	2%	
2021	81.417	9%	
2022	9.882	1%	
2023	9.240	1%	
Após 2023	1.059.862	118%	
Subtotal	1.160.401	129%	
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(278.264)	(31%)	
Não circulante	882.137	98%	
Total	901.215	100%	

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará--Continuação

21.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	3	Saldo em 1/12/2019	Juros e e	ncargos	Variaçã monetária cambi	e		ıste a valor presente	Saldo em 30/06/2020
Intragrupo		62.861		2.693		- (1.445)	680	64.789
Partes relacionadas		9.569		274		-	(275)	242	9.810
Credores financeiros		809.038		21.540	12.43	30 (2	5.802)	9.410	826.616
Total	<u>-</u>	881.468		24.507	12.43	30 (2	7.522)	10.332	901.215
_	Saldo em 01/01/2019	Reorganiz o societa	ária	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valoi presente	Raivas	Saldo em 31/12/2019
Credores operacionais	-	27.	.829	_	-	(205)	13.874	(41.498)	-
Intragrupo	-	63.	.651	833	-	(1.874)	251	-	62.861
Partes relacionadas	-	9.	496	91	_	(98)	80	-	9.569
Credores financeiros	-	782.	.442	13.569	6.108	3.784	3.135	-	809.038
Total		883.	.418	14.493	6.108	1.607	17.340	(41.498)	881.468

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)

As controladas são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2	30/06/2020		19
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a) Fiscais Trabalhistas Regulatórias	249.871 222.037 40.008 6.230	60.438 59.291 44.332	254.680 216.690 43.640 6.122	88.635 56.790 44.057
Total	518.146	164.061	521.132	189.482
Circulante Não circulante	24.115 494.031	2.934 161.127	30.331 490.801	3.045 186.437

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)--Continuação

Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 6.951, correspondem a valores relativos à Equatorial Pará, se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no período (Consolidado)

	31/12/2019	30/06/2020				
	Saldo	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis Fiscais Trabalhistas Regulatórias	254.680 216.690 43.640 6.122	25.007 3.632 2.476	(20.822) (1) (1.709)	(7.072) (10) (2.614)	(1.922) 1.726 (1.785) 108	249.871 222.037 40.008 6.230
Total	521.132	31.115	(22.532)	(9.696)	(1.873)	518.146

- Contingências provisionadas no período;
- (1) (2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- Reversões realizadas no período; e
- Atualizações monetárias

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 27.463 processos cíveis em 30 de junho de 2020 (28.801 processos em 31 de dezembro de 2019), sendo 15.702 tramitam em Juizados Especiais (16.099 processos em 31 de dezembro de 2019), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2020 é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 444.022 (R\$ 419.760 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Falha no fornecimento	44.004	43.279
Morte por eletroplessão	25.794	25.256
Cobrança Indevida	15.662	15.516
Fraude Questionada	24.730	24.995
Corte Indevido	6.754	6.945
Acidente com Terceiros	12.012	12.092
Falha no Atendimento	5.078	5.115
Quebra de Contrato	1.695	5.532
Incêndio	3.760	3.785
Portaria do DNAEE	1.011	1.000
Regulatório	88.089	88.083
Outras	21.282	23.082
Total	249.871	254.680

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)--Continuação

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Falha no fornecimento	42.795	30.953
Morte por eletroplessão	11.811	11.840
Acidente com terceiros	5.061	4.879
Quebra de contrato	235.848	235.021
Incêndio	27.922	27.922
Portaria do DNAEE	155	155
Cobrança indevida	11.620	1.407
Fraude questionada	1.368	1.400
Corte indevido	145	163
Falha no atendimento	571	303
Regulatório	92.097	92.097
Outras	14.629	13.620
(D.4.1	444.022	410.50
Total	444.022	419.760

Fiscais

A Companhia e suas controladas figuram como rés em 294 processos fiscais 30 de junho de 2020 (285 processos em 31 de dezembro de 2019).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 8.329 (R\$ 9.196 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Planos Econômicos (a)	146.745	146.745
ICMS	16.165	16.165
CIP	13	13
PIS/COFINS (b)	56.636	53.096
Outras	2.478	671
Total	222.037	216.690

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
PIS/COFINS	7.167	7.167
ISS	2	2
Repasse PIS/COFINS na Fatura	-	178
CIP	-	60
Outras	1.160	1.789
Total	8.329	9.196

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)--Continuação

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista, em 30 de junho de 2020, da Companhias e das suas controladas é composto por 1.526 reclamações ajuizadas (1.491 reclamações em 31 de dezembro de 2019) por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 02 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 23 (vinte e três) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da Companhias e das suas controladas e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 61.936 (R\$ 62.561 em 31 de dezembro de 2019), para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/06/2020	31/12/2019
Hora extra	6.075	8.736
Responsabilidade subsidiária	10.516	11.727
Acidente de trabalho	5.729	5.403
Doença ocupacional/profissional	3.126	3.101
Reintegração no emprego	5.755	5.441
Estabilidade Provisória	193	235
Periculosidade	202	211
Danos morais	2.212	2.247
Outras	6.200	6.539
Total	40.008	43.640

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/06/2020	31/12/2019
**	1.054	1.500
Hora extra	1.354	1.530
Responsabilidade subsidiária	44.501	44.633
Acidente de trabalho	933	863
Doença ocupacional/profissional	478	872
Reintegração no emprego	315	315
Terceirização ilícita	10.300	10.300
Periculosidade	16	21
Danos morais	1.517	1.517
Outras	2.522	2.510
Total	61.936	62.561

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios (Consolidado)--Continuação

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a ser aplicadas contra as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará, provenientes de:

Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratar de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica; Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratar de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e

Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

Equatorial Maranhão

O valor de R\$ 6.230 corresponde às prováveis penalidades a ser aplicadas contra a controlada, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

23 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado)

Em março de 2017, o STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018 e Equatorial Pará em fevereiro de 2020.

Equatorial Maranhão

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 756.499, passivo de R\$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 77.177 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS e R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589. Em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente a atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) ativo de R\$ 9.454 (R\$ 34.153 em 31 de dezembro de 2019); (ii) passivo de R\$ 11.341 (R\$ 23.005 em 31 de dezembro de 2019) relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R\$ 4.758 (R\$ 6.631 em 31 de

dezembro de 2019) como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS; e (iv) R\$ 2.871 (R\$ 4.517 em 31 de dezembro de 2019) como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 133 (R\$ 210 em 31 de dezembro de 2019).

Equatorial Pará

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 30 de junho de 2020 a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 30 de junho de 2020, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) ativo de R\$ 6.332 e (ii) passivo de R\$ 6.332.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

23 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado)-Continuação

O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a controlada repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, consoante disposições do Código Civil Brasileiro. Assim, após a homologação o crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, espera-se que a realização deste ocorra em 33 meses para a Equatorial Maranhão e em 36 meses para a Equatorial Pará.

30/06/2020	31/12/2019
1.677.943	790.602
1 556 402	603.592
1.330.403	003.392
(4.758)	6.631
	4.517
(133)	(210)
(2.020)	10.938
	1.677.943 1.556.403 (4.758) 2.871 (133)

Expectativa de realização do PIS/COFINS a recuperar

	30/06/2020		
Vencimento	Valor	%	
Circulante (a)	618.344	37%	
2021	351.439	21%	
2022	675.523	40%	
2023	32.637	2%	
Não circulante	1.059.599	63%	
Total	1.677.943	100%	

As controladas da Companhia possuem ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 1.677.943 (R\$ 790.601 em 31 de dezembro de 2019), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação.

Em 30 de junho de 2020, as controladas possuem habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 618.344 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até o próximo exercício: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

24 Encargos setoriais CCC (Consolidado)

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica.

A Equatorial Pará detém, em 30 de junho de 2020, crédito junto à CCC no montante de R\$ 105.582 (R\$ 105.467 em 31 de dezembro de 2019). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico e não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

Entre os valores reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica, mas conforme estabelece o §10 e §11 do Art. 36º estabelece:

"Os agentes beneficiários da CCC e da Subconta Carvão Mineral terão direito ao reembolso do custo decorrente dos créditos não compensados de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS, relativo aos gastos mensais com combustíveis e contratos, apurados com base na energia efetivamente gerada e medida no SCD, nos termos e condições definidos nesta Resolução.

§ 10. As diferenças mensais de reembolso de créditos de tributos não recuperados de um exercício serão apuradas até o dia 15 de maio do ano seguinte ao de competência, considerando que cada parcela mensal deverá ser atualizada pelo índice do IPCA correspondente.

§ 11. A CCEE deverá estabelecer, no Procedimento de Contas Setoriais, os procedimentos próprios para a devolução, à CCC ou ao beneficiário, das diferenças apuradas do aproveitamento de créditos de ICMS e de PIS/PASEP e COFINS do exercício anterior". (ANEEL REN 801/2017)."

Em 30 de junho de 2020, a Equatorial Pará efetuou a atualização no valor de R\$ 3.328 referente ao reembolso destes tributos creditados sobre a compra de combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, apresentando saldo de R\$ 364.425 (R\$ 360.139 em 31 de dezembro de 2019).

Entretanto, a Eletrobrás não definiu procedimento específico para a devolução destes tributos, mesmo notificada pela Equatorial Pará. Logo, em 29 de setembro de 2016 através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira), a ANEEL deu início ao processo de fiscalização sobre os recursos operacionalizados pela Eletrobrás, portanto estes valores aguardam o encerramento desta fiscalização.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

24 Encargos setoriais CCC (Consolidado)--Continuação

Embora a ANEEL não tenha determinado os prazos para o término da fiscalização, a Equatorial Pará estima que o processo de fiscalização será finalizado entre 2021 e 2022 e concluiu que não há expectativa de perda desses valores.

	30/06/2020	31/12/2019
Não Circulante		
Encargos setoriais CCC	363.467	360.139
(-) Aquisição de combustível CCC	(105.582)	(105.467)
Efeito líquido no balanço	257.885	254.672

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.638.718, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia ITAÚ Unibanco	3.637.513.055	- 397.661.749	3.637.513.055 397.661.749	90,15% 9,85%
Total	3.637.513.055	397.661.749	4.035.174.804	100%

25.2 Dividendos

Em 29 de maio de 2020, através da Reunião da Diretoria, foi aprovado a distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 139.521.

Na controlada Equatorial Maranhão, em 29 de maio de 2020, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 25.744.

Na controlada Equatorial Pará, em 29 de maio de 2020, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 154.731.

Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos adicionais constituídos em 2019 e aprovada sua distribuição em 2020, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos adicionais 2019	Percentual participação acionistas não controladores	Dividendos adicionais acionistas não controladores
Equatorial Maranhão	25.744	34,89%	8.982
Equatorial Pará	154.731	3,50%	5.417
Total	180.475	=	14.399

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

26 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita operacional líquida está conforme a seguir demonstrada:

	30/06/2020
Receita de distribuição	4.741.605
Remuneração financeira WACC (a)	197.314
Fornecimento de energia elétrica	4.938.919
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros	(198.733)
Subvenção CDE - Outros	172.732
Suprimento de energia elétrica (b)	52.532
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	165.868
Receita de construção	578.855
Atualização do ativo financeiro (d)	564
Outras receitas	60.945
	832.763
Receita operacional bruta	5.771.682
Deduções da receita	
ICMS sobre venda de energia elétrica	(987.612)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	4.758
PIS e COFINS	(422.864)
Encargos do consumidor	(39.576)
ISS	(1.021)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(122.200)
Penalidades DIC/FIC e outras	(11.930)
Deduções da receita operacional	(1.580.445)
Receita operacional líquida	4.191.237

- (a) O saldo do WACC consiste na remuneração do investimento que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes, o saldo é atualizado ao IPCA do
 período;
- (b) O saldo de suprimento de energia elétrica em 2019 foi influenciado pelas recontabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD), gerando um aumento na receita. Em 2019, devido ao Decreto nº 9.143/2017, foi autorizado aos agentes de distribuição a negociarem os contratos de energia com consumidores livres, comercializadores e autoprodutores. Com base na regulamentação as Controladas venderam excedente de energia no Mecanismo de Venda de Excedente (MVE) de 2019;
- (c) Saldo está relacionado com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, elevando consideravelmente a receita de uso do período de 2019 em relação ao período do exercício anterior das controladas. O cliente cativo pode migrar para o ambiente livre desde que atenda aos requisitos definidos na Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 e as legislações específicas; e
- (d) Os ganhos de eficiência obtidos pela Equatorial Pará no processo de revisão dos valores das tarifas alteraram a estrutura de custos e de mercado, impactando no reconhecimento de receita de atualização do ativo financeiro e parte do efeito da atualização do ativo financeiro que é do processo normal referente a Equatorial Maranhão.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

27 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

			30/06	/2020	
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal	(35.688)	(20.937)	(73.705)	-	(130.330)
Material	(6.169)	(2.331)	47	-	(8.453)
Serviços de terceiros	(116.802)	(123.207)	(95.290)	-	(335.299)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.550.692)	-	-	-	(1.550.692)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(334.227)	_	-	-	(334.227)
Custo de construção	(578.855)	-	-	-	(578.855)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais Provisão para processos cíveis,	-	-	-	(170.454)	(170.454)
fiscais, trabalhistas e regulatórios	_	_	(20.998)	-	(20.998)
Amortização	(208.823)	_	(41.918)	-	(250.741)
Subvenção CCC	(62.933)	-	` -	-	(62.933)
Outros	(2.528)	(2.676)	(4.865)		(10.069)
Total	(2.896.717)	(149.151)	(236.729)	(170.454)	(3.453.051)

⁽a) Vide detalhe da abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme Nota Explicativa nº 28.

28 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

GWh (*)	R\$	
30/06/2020	30/06/2020	
6.695	(1.199.219)	
264	(74.012)	
2.035	(224.995)	
-	36.584	
112	-	
-	(240.343)	
145	(48.072)	
	199.365	
9.251	(1.550.692)	
	(334.227)	
9.251	(1.884.919)	
	30/06/2020 6.695 264 2.035 - 112 - 145 - 9.251	

^(*) não revisado

- (a) O saldo refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado das controladas;
- Valor é referente aos pagamentos de encargo de energia reserva, não havendo receita do Resultado Referente ao Excedente Financeiro da Energia de Reserva;
- (c) O saldo de energia de curto prazo se realiza pelos itens da liquidação CCEE, os quais destacamos o aumento da exposição financeira e a redução do risco hidrológico das controladas. O saldo da receita com exposição financeira das controladas é influenciada pela variação a menor do PLD médio do submercado Norte e em relação aos demais submercados, e a distribuidora possui contratos de energia em todos os submercados; e

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

28 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)--Continuação

(d) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida - RAP, portanto, em cada ano há sempre o efeito de duas resoluções. Os custos ocorridos em 2020 foram maiores que 2019 em decorrência das tarifas aprovadas na resolução RAP de nº 2.564 de 19 de junho de 2019, que irá vigorar até julho/2020 relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram um aumento, incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2019, assim como o aumento da contratação do MUST(Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

29 Resultado financeiro

Nesuitado illianceno	G 4 1 1	C 11.1
	Controladora 30/06/2020	Consolidado 30/06/2020
-		
Receitas financeiras		
Rendas de aplicação financeiras	15	52.099
Rendas financeiras	6	6
PIS/COFINS sobre receita financeira de títulos e valores mobiliários	(1)	(8.492)
Valores a receber/devolver parcela A	-	16.228
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	341.581
Acréscimo moratório de energia vendida (a)	-	92.449
Atualização sub-rogação CCC (b)	-	1.407
PIS/COFINS a ser restituídos a consumidores	-	2.871
Outras receitas financeiras	<u> </u>	5.624
Total de receitas financeiras	20	503.773
Valores a receber/devolver parcela A	_	(15.438)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	(4.864)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	-	(382.021)
Encargos da dívida	-	(154.653)
Multas	-	(2.922)
Despesa financeira de AVP	-	(10.431)
Juros passivos	-	(10.930)
Descontos concedidos	-	(10.070)
Outras despesas financeiras	(37)	(8.240)
Despesas financeiras – Outros	(37)	(599.569)
Resultado financeiro líquido	(17)	(95.796)

⁽a) O acréscimo de mora é referente aos juros que recebemos pelos atrasos no pagamento na venda de energia pelas controladas pela Companhia;

⁽b) Atualização monetária do saldo da Sub-rogação CCC; e

⁽c) O montante de R\$ 368.240 refere-se à despesa cambial da dívida em dólar da Equatorial Pará.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

30 Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada)

30.1 Características do plano de aposentadoria

(i) Plano Equatorial BD (Equatorial Maranhão)

O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pósemprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.
- Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

(ii) Plano Equatorial CD (Equatorial Maranhão)

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "contribuição definida" para os benefícios programados e de "benefício definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
- a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
- c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
- d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.

- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

30 Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada)--Continuação

(iii) Plano Equatorial BD (Equatorial Pará)

O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pósemprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria (por Invalidez, Idade, Tempo de Contribuição e Especial): Benefício de aposentadoria apurado a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS. Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o
 participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se
 invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

(iv) Plano Celpa OP (Equatorial Pará)

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade "Benefício Definido" (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
 - b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
 - c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
 - d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
 - e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- ✓ Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de "Contribuição Variável"; ou
- ✓ Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de "Contribuição Definida".
- Pecúlio por Invalidez ou por Morte: O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

30 Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada)--Continuação

(v) Plano Celpa R (Equatorial Pará)

O Celpa R é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pósemprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez: Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social), sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS (Regime Geral de Previdência Social);
- Pensão por Morte: O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o
 participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se
 invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem; e
- Abono Anual: O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

Plano Equatorial CD (Equatorial Pará)

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pela Equatorial Energia Pará, dentre outras. O plano passou a ser oferecido pela empresa a seus empregados no exercício de 2019, bem como recepcionou nesse ano participantes e assistidos patrocinados pela empresa advindos dos planos Celpa OP e Celpa R, sendo, portanto, o primeiro reconhecimento das obrigações com este plano pela empresa.

O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

- Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:
- a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
- c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
- d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses.
- Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal:

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

30 Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada)--Continuação

- Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal; e
- Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

(vi) Resolução 10/1989 (Equatorial Pará)

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da Companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a Resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Companhia.

(vii) Plano de assistência médica (Equatorial Pará) Plano de Saúde CNU

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os seus colaboradores, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

Unimed Seguro Saúde (Equatorial Pará)

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Companhia, bem como a seus dependentes.

Plano Odontológico UNIODONTO (Equatorial Pará)

Plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e exempregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

A Companhia realiza anualmente e divulgará nas demonstrações contábeis do exercício a findar em 31 de dezembro de 2020, as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada.

Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros

31.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos

de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado² (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

31.2 Política de utilização de derivativos

A Controlada Equatorial Pará utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de junho de 202030 de junho de 2020e 31 de dezembro de 2019 a Equatorial Pará, possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

31.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 estão identificados conforme a seguir:

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Controladora

			30/06	/2020	31/12/2019		
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	424	424	563	563	
Investimento de curto prazo		Valor justo por meio do resultado	19.023	19.023	_	_	
Total do ativo		-	19.447	19.447	563	563	

Consolidado

Componidado			30/06/2020		31/12/2019	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	66.083	66.083	95.229	95.229
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado Valor justo por	309.968	309.968	606.997	606.997
Investimentos de curto prazo	2	meio do resultado	2.834.349	2.834.349	1.990.407	1.990.407
Contas a receber de clientes Instrumentos financeiros	-	Custo amortizado Valor justo por	2.946.672	2.946.672	3.100.336	3.100.336
derivativos Sub-rogação da CCC - valores	2	meio do resultado	372.021	372.021	29.920	29.920
aplicados Valores a receber de parcela A e	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120
outros itens financeiros Ativo financeiro de concessão -	-	Custo amortizado Valor justo por	7.953	7.953	116.282	116.282
Distribuidoras	2	meio do resultado Valor justo por meio	4.929.633	4.929.633	4.851.817	4.851.817
Títulos e valores mobiliários	2	do resultado	81.817	81.817	78.548	78.548
Total ativo			11.633.616	11.633.616	10.954.656	10.954.656

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

			30/06/	2020	31/12/2019		
Passivo	Categoria dos instrumentos Níveis financeiros		instrumentos		Contábil	Mercado	
Fornecedor	-	Custo amortizado	852.288	852.288	1.015.612	1.015.612	
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	4.100.694	3.593.303	3.617.681	3.599.049	
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	901.215	901.215	881.468	1.147.856	
Debêntures	-	Custo amortizado	2.251.861	1.958.847	2.330.400	2.405.069	
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	261.284	261.284	132.374	132.374	
Total do passivo			8.367.342	7.566.937	7.977.535	8.299.960	

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Investimento de curto prazo e fundo de investimento - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a 12 meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI;

Títulos e valores mobiliários - referem-se a aplicações financeiras não alocadas em disponibilidade, classificados como valor justo por meio resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma está refletido no valor da cota do fundo;

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são

ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo;

Sub-rogação da CCC - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao SIN;

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas e são classificados como custo amortizado;

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e suas controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados;

Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado:

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e B3 S.A.;

Valores a receber/a pagar da parcela A- são decorrentes de custos não gerenciáveis a ser repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; e

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

31.4 Instrumentos financeiros derivativos (Consolidado)

A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

A Equatorial Pará determina a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o Critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

Em 30 de junho de 2020, a Controlada Equatorial Pará possui contratos de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira.

A Controlada possui contratos de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento final em 05 de julho de 2022, contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e a segunda com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado. Em 30 de junho de 2020, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 1.315.908 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 976.220).

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Para o período findo em 30 de junho de 2020, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Equatorial Pará, vigentes em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas	Valor j	usto	
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	30/06/2020	31/12/2019
Citibank- US\$140 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,79% a.a.	771.616	576.286
Ponta passiva	114% do CDI	(550.092)	(557.040)
Total		221.524	19.246
Operações passivas		Valor j	usto
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	30/06/2020	31/12/2019
Citibank - US\$100 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	545.308	408.570
Ponta passiva	111,8% do CDI	(394.811)	(397.896)
Total		150.497	10.674
Líquido circulante		367.547	169
Líquido não circulante		4.474	29.751
		<u> </u>	
Total		372.021	29.920

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

31.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco das controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobranças enviadas para mitigar o risco de inadimplência. Assim sendo, anualmente é realizado o *workshop* de cobrança para alinhamento dos direcionamentos estratégicos de recuperação do contas a receber. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com a legislação e regulamentações específicas.

Contas a receber

As contas a receber das controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará são compostas pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As Controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela ANEEL.

A participação das contas a receber de consumidores das controladas está conforme abaixo:

	%		
Classe consumidora (Equatorial Maranhão e Equatorial Pará)	30/06/2020	31/12/2019	
Residencial	66%	64%	
Industrial	6%	6%	
Comercial	13%	13%	
Rural	5%	5%	
Poder público	5%	6%	
Iluminação pública	1%	2%	
Serviço público	4%	4%	
Total	100%	100%	

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa n° 6.

Para o exercício findo em 30 de junho de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

	30/06/2020	
·es	Consumidores	

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	1.606.666	218.779	1.211.561	100.260	3.137.266
Residencial	1.000.000	218.779	1.211.301	100.200	5.157.200
Industrial	191.206	8.174	70.510	-	269.890
Comercial	409.842	48.454	168.282	-	626.578
Rural	160.193	15.123	64.167	-	239.483
Poder público	122.549	23.678	113.846	-	260.073
Iluminação pública	32.357	409	33.655	-	66.421
Serviço público	68.056	15.252	95.052		178.360
	2.590.869	329.869	1.757.073	100.260	4.778.071

Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)

As controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará adotam o modelo de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise.

A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2019.

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos.

No que tange a abordagem sobre o reconhecimento de perdas, o modelo praticado para mensuração das perdas esperadas através da utilização da matriz de provisão a qual é baseada no comportamento histórico de inadimplência, e associada a experiência da administração em relação as práticas de cobranças adotadas para realização dos recebíveis, observou-se que no período findo em 30 de junho de 2020 não necessidade do reconhecimento de perdas esperadas e sim de provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme valores detalhados na nota explicativa nº 6.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

FAIXA	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	1.037.435	26,89%	278.985	431.125	6,74%	29.047
Vencido 1 a 30	33.405	28,89%	9.651	264.469	7,18%	18.979
Vencido 31 a 60	32.515	42,98%	13.974	147.879	19,66%	29.073
Vencido 61 a 90	21.807	50,11%	10.928	96.986	30,82%	29.892
Vencido 91 a 120	27.943	53,96%	15.079	99.517	34,27%	34.103
Vencido 121 a 150	21.319	56,66%	12.079	58.751	37,61%	22.099
Vencido 151 a 180	22.902	58,39%	13.372	53.470	39,93%	21.350
Vencido 181 a 210	18.989	60,53%	11.494	38.523	43,34%	16.694
Vencido 211 a 240	19.482	61,75%	12.030	38.473	45,88%	17.650
Vencido 241 a 270	20.156	62,27%	12.551	38.029	47,31%	17.993
Vencido 271 a 300	18.770	63,82%	11.979	35.320	48,91%	17.274
Vencido 301 a 330	18.313	64,73%	11.854	34.112	49,65%	16.936
Vencido 331 a 360	17.029	65,19%	11.101	25.484	50,66%	12.911
Vencido 361 a 390	16.401	65,97%	10.819	26.108	51,32%	13.399
Vencido 391 a 420	16.357	66,24%	10.835	28.394	53,30%	15.135
Vencido 421 a 450	14.745	68,15%	10.049	25.950	55,12%	14.304
Vencido 451 a 630	87.359	68,06%	59.457	169.608	55,77%	94.595
Vencido 631 a 720	36.091	69,01%	24.905	79.695	59,40%	47.337
Vencido 721 a 810	29.196	72,65%	21.210	67.603	59,79%	40.420
Vencido 811 a 990	47.451	75,34%	35.749	138.113	60,95%	84.181
Vencido 991 a 1080	17.218	81,29%	13.996	52.290	61,48%	32.147
Vencido 1081 a 1170	11.960	84,04%	10.051	43.815	61,85%	27.100
Vencido 1171 a 1350	22.816	89,37%	20.391	108.898	71,79%	78.180
Vencido 1351 a 1530	15.906	90,24%	14.354	86.316	81,39%	70.249
Vencido 1531 a 1710	21.148	89,91%	19.014	82.711	82,83%	68.510
Vencido 1711 a 1890	18.557	90,88%	16.865	56.649	82,80%	46.907
Maior 1890	91.803	93,93%	86.227	262.581	86,79%	227.883
Total	1.757.073		778.999	2.590.869		1.144.348

PECLD Outros

			CONSOLIDADO
Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média de Outros	Saldo
A Vencer	21.946	20,93%	4.593
Vencido 1 a 30	1.734	43,66%	757
Vencido 31 a 60	(2.042)	(65,57%)	1.339
Vencido 61 a 90	2.672	63,17%	1.688
Vencido 91 a 120	2.517	94,52%	2.379
Vencido 121 a 150	2.094	80,04%	1.676
Vencido 151 a 180	1.988	85,66%	1.703
Vencido 181 a 210	801	150,44%	1.205
Vencido 211 a 240	755	165,03%	1.246
Vencido 241 a 270	541	244,36%	1.322
Vencido 271 a 300	598	217,73%	1.302
Vencido 301 a 330	868	149,65%	1.299
Vencido 331 a 360	686	142,27%	976
Vencido 361 a 390	604	167,38%	1.011
Vencido 391 a 420	543	182,69%	992
Vencido 421 a 450	456	213,60%	974
Vencido 451 a 630	2.773	227,48%	6.308
Vencido 631 a 720	1.002	330,34%	3.310
Vencido 721 a 810	759	364,43%	2.766
Vencido 811 a 990	1.910	210,94%	4.029
Vencido 991 a 1080	572	268,88%	1.538
Vencido 1081 a 1170	503	235,19%	1.183
Vencido 1171 a 1350	805	318,51%	2.564
Vencido 1351 a 1530	620	344,52%	2.136
Vencido 1531 a 1710	460	721,74%	3.320
Vencido 1711 a 1890	507	337,08%	1.709
Vencido Maior 1890	6.361	85,98%	5.469
Total	53.033		58.794

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

PECLD não faturados

CONSOLIDADO							
Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo				
A Vencer	329.869	6,67%	22.004				
Total							

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia e suas controladas detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 424 e R\$ 376.051, respectivamente, em 30 de junho de 2020. O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA-, baseado nas agências de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas Notas Explicativas nº 16 (Empréstimos e financiamentos), nº 17 (Debêntures) e nº 21 (Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial).

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 3,1 em 30 de junho de 2020 (7,3 em 31 dezembro de 2019).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado

		Fluxo de caixa					
_	Valor contábil	contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	2.005.241	2.505.415	42.145	286.003	412.470	963.899	800.898
Empréstimos bancários sem garantia	1.515.928	1.452.939	7.014	148.914	867.216	429.795	
Títulos de dívida emitidos sem garantida	579.525	584.849		584.849			
Subtotal - Empréstimos e							
Financiamentos	4.100.694	4.543.203	49.159	1.019.766	1.279.686	1.393.694	800.898
Títulos de dívida emitidos sem garantida	1.814.351	2.085.341	-	64.535	263.484	1.757.322	
Títulos de dívida emitidos com garantida	437.510	530.839		89.454	327.825	113.560	
Subtotal - Debêntures	2.251.861	2.616.180		153.989	591.309	1.870.882	
Empréstimos bancários com garantia	122.331	29.193			8.139	19.318	1.736
Empréstimos bancários sem garantia	778.884	1.776.395	117	41.907	43.010	130.149	1.561.212
Subtotal - Demais passivos financeiros							
não derivativos	901.215	1.805.588	117	41.907	51.149	149.467	1.562.948
Fornecedores	852.288	852.288	456.527	383.620	12.141		
Total passivos financeiros não derivativos	8.106.058	9.817.259	505.803	1.599.282	1.934.285	3.414.043	2.363.846
Swaps de taxas de juros utilizados para hedge	(127.536)	(190.905)	(932)	(17.582)	(118.838)	(53.553)	
Total passivos financeiros derivativos	(127.536)	(190.905)	(932)	(17.582)	(118.838)	(53.553)	

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 16 e 17, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a controlada Equatorial Maranhão não tem exposição ao câmbio na dívida, a exposição ao câmbio da Controlada Equatorial Pará é de 27,1% em 30 junho de 2020 (22,4% em 31 de dezembro de 2019) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir:

		Equatorial Pará						
Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)			
Libor (com Swap CDI)	1.315.908	5,2%	Nov/22	2,0	27,1%			
Moeda estrangeira	1.315.908	5,2%		2,0	27,1%			
CDI	1.207.073	5,8%	Fev/23	2,6	24,8%			
Pré-fixado	619.503	14,5%	Fev/32	11,4	12,8%			
IGP-M	279.422	20,0%	Set/34	14,0	5,8%			
IPCA	1.436.864	15,1%	Jan/27	736	29,6%			
Moeda nacional	3.542.862	7,4%		5,4	73,0%			
Total	4.858.770	6,8%		4,5	100%			

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Equatorial Pará possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme Nota Explicativa n° 31.4.

A Equatorial Maranhão não tem exposição ao câmbio na dívida em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial					
			Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(1.315.908)	(1.385.520)	(1.402.890)	(1.420.391)	(1.368.150)	(1.350.780)	
Impacto no resultado			(69.612)	(18.554)	(36.056)	16.186	33.556	
Swap - Ponta Ativa Impacto no resultado (swap)	USD	1.316.923	1.386.588 69.665	1.403.972 18.569	1.421.487 36.084	1.369.205 (16.198)	1.351.281 (33.582)	
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa 30/06/2020	+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar USD/R\$ (12 meses)		5,29	5,20	6,61	7,94	3,97	2,65	

Fonte: B3

(v) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

A seguir é apresentado, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
		Saldo em R\$ (exposição)					
Operação	Risco		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros Aplicações financeiras	CDI	19.447	585	19.450	19.454	19.444	19.440
Impacto no resultado				3	7	(3)	(7)
					Consolidado		
			Risco d	o fluxo de caixa	ou valor justo ass	ociado à taxa de j	uros
<u>Operação</u>	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros Aplicações financeiras	CDI	3.144.317	3.288.956	3.235.502	3.253.739	3.199.028	3.180.791
Impacto no resultado			144.639	(53.454)	(35.217)	(89.928)	(108.165)
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI SELIC TJLP	(2.291.623) (159.153) (193.872)	(2.344.789) (162.909) (203.023)	(2.358.080) (163.848) (205.330)	(2.371.371) (164.787) (207.618)	(2.331.497) (161.970) (200.735)	(2.318.206) (161.031) (198.447)
	IGP-M IPCA	(360.684) (2.165.557)	(372.478) (2.225.976)	(375.436) (2.241.135)	(378.394) (2.256.294)	(369.521) (2.210.817)	(366.599) (2.195.875)
Total de passivos financeiros		(5.170.889)	(5.309.175)	(5.343.829)	(5.378.464)	(5.274.540)	(5.240.158)
Impacto no resultado			(138.286)	(34.654)	(69.289)	34.635	69.017
Swap - Ponta Passiva Impacto no resultado (swap) Efeito Líquido no resultado (swap)	CDI	(944.903)	(966.825) (21.922)	(972.305) (5.480)	(977.786) (10.961)	(961.344) 5.481	(955.864) 10.961
		_	47.743	11.903	23.937	(11.902)	(23.805)
Efeito líquido no resultado		=	(90.543)	(22.751)	(45.532)	22.733	45.211
Referência para ativos e p	oassivos	Taxa projetada	Taxa em				
financeiros		(BMF)	30/06/2020	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses) SELIC (% 12 meses) TLP (% 12 meses)		2,32 2,36	4,60 4,60	2,90 2,95	3,48 3,54	1,74 1,77	1,16 1,18
TJLP (% 12 meses)		4,72	5,52	5,91	7,09	3,54	2,36
IGP-M (% 12 meses) IPCA (%12 meses)	_	3,27 2,79	7,31 2,13	4,09 3,49	4,91 4,19	2,45 2,09	1,64 1,40

Fonte: B3

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Risco de vencimento antecipado

As suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas Notas Explicativas nº 17 (Empréstimos e financiamentos) e 18 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial da Controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as Controladas justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(ix) Risco Ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em nossas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e ao respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental que tem como principais macroprocessos:

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

31 Instrumentos financeiros--Continuação

Licenciamento Ambiental;

Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;

Gestão de Resíduos:

Educação e Conscientização Ambiental;

Gestão de Requisitos Legais;

Gestão de Recursos Hídricos; e

Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando a reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

32 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado

Atividades de investimento	Efeito não caixa
Direito de uso (a)	6.782
Total	6.782

(a) Variação não caixa referente ao direito de uso.

33 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

Consolidado

	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023 (*)
Energia contratada (em R\$)	2020 a 2032	1.762.703	4.293.335	4.538.546		59.295.544
Energia contratada (em MhW)	2020 a 2032	9.837.597	1.9491.954	20.108.706		214.448.061

(*) estimado 12 anos após 2022.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2020	2021	2022 Ap	ós 2022 (*)
Arrendamentos e aluguéis (em R\$)	2020 a 2028	3.926	6.205	4.928	18.234

(*) estimado após 2022.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

34 Seguros

As suas controladas mantêm apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros das Controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia e por suas controladas estão demonstrados a seguir:

Equatorial Maranhão

Riscos	Vencimento	Importância
RISCOS	das apólices	segurada
Riscos operacionais	30/04/2021	263.559
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2021	30.000
Riscos diversos	30/04/2021	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	413.118
Seguro garantia leilão de energia	(b)	685.964
Automóvel	30/04/2021	(c)

- (a) Apólices vigentes até 2025;
- (b) Apólices vigentes até 2020;
- (c) 114 veículos próprios segurados.

Equatorial Pará

Diagon	Vencimento	Importância segurada	
Riscos	das apólices		
Riscos operacionais	30/04/2021	368.125	
Responsabilidade civil geral – operações	30/04/2021	30.000	
Seguro garantia judicial	a	316.084	
Seguro garantia licitante		94.220	
Automóvel	30/04/2021	b	

- (a) Apólices vigentes até 2024;
- (b) 89 veículos próprios segurados.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

35 Eventos subsequentes

Impacto do surto da COVID-19

Em atenção à Resolução Normativa 885/2020, no dia 03 de julho, a Equatorial Energia S.A. (controlada direta da Companhia) protocolou na Agência Reguladora o Termo de Aceitação da Conta COVID, que garante às distribuidoras os recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita temporária em decorrência da pandemia e protege os demais agentes do setor ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

Dando sequência a este rito processual, a Equatorial protocolou na ANEEL, em 06 de julho, os ativos regulatórios contabilizados na competência de junho/2020, associados a constituição da Sobrecontratação, Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA e Neutralidade dos Encargos Setoriais. Vale destacar que, mensalmente até o quinto dia do mês subsequente, a Equatorial deverá informar a ANEEL a constituição ativa de tais itens financeiros regulatórios.

Em 31 de julho de 2020, a Equatorial Energia S.A. recebeu a primeira parcela da conta-covid no montante de R\$ 865.660 e repassou para Equatorial Maranhão o valor de R\$ 116.674 e para a Equatorial Pará o montante de R\$ 284.510. O restante da operação será liberado mensalmente conforme valores a serem homologados pela ANEEL.

Em paralelo, no tocante da Regulação Comercial, a ANEEL aprovou a revisão da Resolução Normativa 878/2020, que estabelece um conjunto de medidas para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia e a proteção de consumidores e funcionários das concessionárias em meio ao cenário de pandemia da Covid-19.

De acordo com as novas regras, diversas atividades devem ser retomadas pelas distribuidoras a partir de 1°/8/2020, como o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. Contudo, a ANEEL esclarece que eventuais restrições devem ser discutidas com a autoridade de saúde local, que tem competência legal para avaliar a viabilidade da execução dos serviços no contexto de restrições frente à pandemia.

A ANEEL decidiu também manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia. Conforme o Decreto Legislativo nº 6/2020, esse prazo atualmente vai até o final de 2020. A partir de 1º/8/2020, contudo, volta a ser permitida a possibilidade de cortes de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais e as relacionadas ao fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, desde que os consumidores sejam reavisados.

Aumento de capital social - Equatorial Maranhão

Em 11 de agosto de 2020, através da Reunião de Conselho de Administração, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 158.179, sem a emissão novas ações.

Notas explicativas às informações intermediárias individuais e consolidadas--Continuação Período findo em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

35 Eventos subsequentes--Continuação

Reajuste Tarifário Anual (RTA) - Equatorial Pará

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou, no dia 06 de agosto de 2020, o reajuste tarifário da Equatorial Energia Pará. A controlada atende 2,7 (*) milhões de unidades consumidoras localizadas em 144 (*) municípios do Pará.

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) médio foi estabelecido em 8,25% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos Componentes Financeiros na tarifa e, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 2,68%. Por fim, ressaltamos que a Conta Covid-19, formulada pela ANEEL, ajudou a reduzir em -6,03% os efeitos financeiros que a pandemia do novo coronavírus trouxe para as empresas do setor elétrico, permitindo-o ficar abaixo da inflação.

A parcela "B" teve um reajuste de 9,66% quando comparada à Parcela B vigente no último ano tarifário, influenciada pelo IGP-M do período de referência que foi de 9,27%, menos o Fator X de -0,38%, sendo que a componente Q do Fator X, no valor de -0,74%, contribui positivamente no resultado.

O reajuste tarifário terá efeito a partir do dia 07 de agosto de 2020.

(*) não revisado.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior Diretor-presidente

> Carla Ferreira Medrado Diretora

Humberto Luis Queiroz Nogueira Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

> Sérvio Túlio dos Santos Diretor

Tinn Freire Amado Diretor

Geovane Ximenes de Lira Gerente de Contabilidade e Tributos Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA